

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**Conflito Armado na Somália:**

Análise das causas da desintegração do país após 1991

Nilton César Fernandes Cardoso

Orientador: Prof. Dr. Paulo Fagundes Visentini

Porto Alegre

2012

Nilton César Fernandes Cardoso

Conflito Armado na Somália:

Análise das Causas da Desintegração do País após 1991

Monografia apresentada ao Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Fagundes Visentini

Porto Alegre

2012

Nilton César Fernandes Cardoso

**Conflito Armado na Somália:**  
**Análise das Causas da Desintegração do País após 1991**

Monografia apresentada ao Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Fagundes Visentini

Aprovado em: Porto Alegre, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2012

---

Prof. Dr. Paulo Fagundes Visentini – Orientador

UFRGS

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Analúcia Danilevicz Perreira

UFRGS

---

Prof. Dr. Marco Aurélio Chaves Cepik

UFRGS

Porto Alegre

2012

## **Agradecimentos**

Primeiramente agradeço à minha família, em especial aos meus pais, Luis e Catarina e à minha querida irmã Sandra, que apesar da distância estiveram sempre presente durante essa caminhada.

Agradeço Ao Governo de Cabo Verde e ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil por terem me concedido bolsa de Estudos, sem o qual a minha formação seria impossível.

Agradeço em especial, ao meu Orientador Prof. Dr. Paulo Fagundes Visentini pela confiança depositada no meu trabalho e pelos preciosos ensinamentos durante a graduação. Apesar de ser africano foi quem me introduziu o tema África e despertou em mim o interesse pelo tema.

Agradeço igualmente à Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Analúcia Perreira e ao Prof. Dr. Marco Cepik pela oportunidade e pelo crescimento que me propiciaram.

Agradeço aos colegas, Marcelo Kanter, Erik Ribeiro, Ricardo Leães e Julio Rodrigues pela amizade e reflexões sobre o tema. Agradeço também à minha namorada Claudia Ribeiro pelo apoio e companheirismo durante o curso.

Por fim, agradeço a Universidade Federal do Rio Grande do Sul por ter me concedido a vaga e ao corpo docente do curso de Relações Internacionais pelo alto grau de conhecimento disponibilizado e ao Programa de Estudante Convênio de Graduação (PEC-G).

## Resumo

A República Democrática da Somália vive nas últimas duas décadas um dos períodos mais conturbados da sua história recente. Desde o fim do regime Barre em 1991, a comunidade política fragmentou-se em diversos clãs armados lutando entre si visando o controle de recursos e de poder. As consequências desses confrontos entre diferentes clãs, somado a grande seca que atingiu a região do chifre da África nos anos 80 e 90 causou uma das maiores crises humanitárias da história do país. Deste modo, o presente trabalho visa compreender as causas da desintegração do país após o fim regime Barre em 1991, tentando refutar as explicações de que as características da sociedade Somali dividida por um sistema genealógica de clã seria a principal causa da guerra civil no país. A partir de uma análise história e da evolução política da Republica Democrática da Somália, conclui-se que as causas do colapso da Somália é consequência da combinação de vários fatores que engloba elementos interno e externo – que vai desde o fim da guerra fria até manipulação dos clãs por interesse de um determinado grupo.

### Palavras-Chave

Desintegração da Somália, Guerra Civil, Clãs, Fim do Regime Barre.

## Abstract

The Somali Democratic Republic lives in the last two decades one of the most troubled periods in its history. Since the end of the Barre regime in 1991, the "political community" fragmented into several armed clans fighting each other for the control of resource and power. The consequences of these confrontations between different clans, coupled with severe drought that hit the Horn of Africa region in the 80 and 90 caused one of the worst humanitarian crises in the history of the country. In this sense, the present work aims to understand the causes of the disintegration of the country after the end Barre regime in 1991, trying to refute the explanation that the characteristics of Somali society divided by a family clan system was the main cause of the civil war in the country. From an analysis of the history and political development of the Democratic Republic of Somalia, it is concluded that the causes of the collapse of Somalia is a result of the combination of several factors which includes internal and external elements - ranging from the end of the Cold War until manipulation by clan interests of a particular group.

## Keywords

Somalia Desintegration, Civil War, Clan, End of Barre Regime.

## **Lista de Quadros**

Quadro 1: Principais grupos Armados na Somália antes e após o colapso do governo central .....	50
Quadro 2: Resultado da eleição legislativa na Somalilândia Italiana (1955) .....	93
Quadro 3: Resultado da eleição legislativa na Somalilândia Italiana (1959) .....	93
Quadro 4: Resultados da eleição do conselho legislativo na Somalilândia Britânica (Fev.1960) .....	94

## **Listas de Figuras**

Figura 1: Mapa político da Republica Democrática da Somália .....	14
Figura 2: Mapa Político da Somália (atual) .....	58
Figura 3: Mapa dos principais Clãs e Subclãs na Somália .....	89
Figura 4: Mapa distribuição da etnia Somali na Região do Chifre da África .....	90
Figura 5: Mapa limite étnico Somali – “Grande Somália” .....	91
Figura 6: Mapa densidade populacional na Somália .....	92

## **Listas de abreviaturas e siglas**

AMISOM- African Union Mission in Somalia (Missão da União Africana na Somália)

ARS- Alliance for the Re-liberation of Somalia (Aliança para a Re-libertação da Somália)

BMA- British Military Administration (Administração Militar Britânica)

CNT- Conselho Nacional de Transição

CSNU- Conselho da Segurança da ONU

CSR- Conselho Supremo Revolucionário

CEWARN- Conflict Early Warning and Response Mechanism (Mecanismo de Alerta Prévia de Conflitos e de Resposta)

FMI- Fundo Monetário Internacional

IGAD- Intergovernmental Authority on Development (Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento)

IGASOM- Peace Support Mission in Somalia (Missão de Apoio à Paz na Somália)

ONU- Organização das Nações Unidas

RRA- Rahanweyn Resistance Army

SAMO- Somali African Muki Organization

SDA- Somali Democratic Alliance (Aliança Democrática Somali)

SDM- Somali Democratic Movement (Movimento Democrático Somali)

SNA-Somali National Alliance (Aliança Nacional Somali)

SNF- Somali National Front (Frente Nacional Somali)

SNM- Somali National Movement (Movimento Nacional Somali)

SPM- The Somali Patriotic Movement (Movimento Patriótico Somali)



SSDF- The Somali Salvation Democratic Front (Frente Democrático para a Salvação Somali)

SYL- Somali Youth League (Liga da Juventude Somali)

TFG-Transitional Federal Government (Governo Federal de Transição)

TNG- Transitional Federal Government (Governo Nacional de Transição)

UA- União Africana

UIC- Union Islamic Court (União das Cortes Islâmicas)

USC- United Somali Congress (Congresso Unido Somali)

UNITAF- Unified Task Force (Força Tarefa Unificada)

UNOPOS- United Nations Political Office for Somalia

UNOSOM- United Nations Operation in Somalia (Operações das Nações Unidas na Somália)

USC- The United Somali Congress (Congresso Unido Somali)

USAID - Agência Americana para a Cooperação de Desenvolvimento Internacional

WSLF- Western Somali Liberation Front (Frente de libertação ocidental da Somália)

## Sumário

Introdução.....	10
Capítulo I- Construção do Estado na Somália.....	15
a.Papel dos Clãs.....	16
b.Colonização Europeia .....	19
c.Formação do Estado.....	29
d.Revolução de 1969 e governo militar Socialista.....	32
e. A grande Somália: guerra do Ogaden (1977-1978) .....	35
Capítulo II – Queda do regime Barre e desintegração da Somália.....	39
a. Início da Guerra civil.....	39
b. Fim da guerra fria e o colapso do governo central .....	44
c. Consequência do colapso do sul.....	52
d. Secessão de territórios .....	55
I-Somalilândia.....	55
Capítulo III – Tentativas de resolução do conflito .....	59
a.Iniciativa Multilateral .....	60
I- ONU .....	60
b. Iniciativas regionais.....	71
I-IGAD.....	72
II- União Africana .....	77
Conclusão .....	81

## Introdução

A República Democrática da Somália (Jamhuuriyadda Dimoqraadiga Soomaaliya) é o país mais oriental do continente Africano, localizada no extremo leste na região semiárida conhecida por Chifre da África. Estrategicamente este é o ponto de domínio da rota do petróleo que sai do Golfo Pérsico em direção ao canal de Suez passando pelo estreito de Bab el-Madeb entre o mar Vermelho, Golfo de Áden e o Mar de Arábia, por onde transitam cerca de 15,5 milhões de barris de petróleo por dia, o que representa um terço de todo o petróleo que circula mundialmente por via marítima (Energy Information Administration, 2011). O país ocupa uma área de 637.657 km<sup>2</sup>, limitando-se ao norte com o Golfo Aden e o Mar Arábico e possui um extenso litoral banhado pelo oceano indico. Faz fronteira com três países: Djibuti ao noroeste (58 km), Quênia ao sudoeste (682 km) e Etiópia a oeste (1,600km). A população é estimada em 10 milhões de habitantes, o país possui uma das maiores taxas de fertilidade do mundo, com uma média de seis filhos por mulher e possui também uma das populações mais jovens do mundo. No entanto, a taxa de mortalidade infantil é elevada e a expectativa média de vida é uma das mais baixas do mundo, em média 50 anos. O PIB é estimado em 5,8 bilhões de dólares, sendo a agricultura e criação de gado as principais atividades econômicas do país correspondendo a 60 % do PIB e ocupando 70% da mão de obra ativa (Visentini & Equipe Cebráfica, 2012, CIA, 2010).

A Sociedade encontra-se dividida num complexo sistema genealógico baseado na estrutura de clã, são seis principais, quatro dos quais são nômades (Hawie, Dir, Isaq e Darod) e dois agrícolas ( Digil e Rahawayn), geográfica e economicamente distintas. Segundo Lewis, Cerca de 60-70% da população Somali são nômades ou tem descendência nômades, embora hoje muitos vivem em centros urbanos pelo menos por algum tempo<sup>1</sup> (2008:3 tradução nossa). Essa característica nômade da população Somali pode ser explicada em parte pelas condições climáticas da região (seca e semi-árida). A Somália possui uma base etno-linguística quase que homogênea, não existem minorias étnicas significativas, sendo o somali o principal grupo étnico representando aproximadamente 85% da população, seguido por bantos e uma minoria árabe. A religião predominante é o Islâmico sunita, abrangendo quase a totalidade da população

---

<sup>1</sup> “Some 60 to 70 per cent of the population are nomadic or have nomadic affiliation, even though many today live in urban centres for part of the time at least”.

do país, resultado do contato com os comerciantes árabes que se instalaram nas regiões costeiras mantendo um lucrativo comércio com a península arábica a partir do século VI.

Castigado por uma sangrenta guerra civil desde 1988 e sem um governo central forte desde 1991, as estruturas políticas, econômicas e sociais foram severamente devastadas pela guerra. Como lembra Visentini & Equipe Cebrafrica, a economia foi seriamente prejudicada pelo conflito, pois a já precária infraestrutura industrial foi quase inteiramente destruída ou saqueada, e hoje o país sobrevive principalmente da criação de gado e camelos e da exportação de peixe, banana, Carvão, além de receber auxílio internacional (2012:182). Atualmente, a Somália é uma das nações mais pobres e violentas do mundo, está no topo do ranking dos “Estados Falidos” (Failed State Index)<sup>2</sup> pela quinta vez consecutiva (2008-2012). Soma-se a isso a insurgência de grupos extremistas islâmicos e pirataria marítima na costa Somali que vem se alastrando ao longo dos anos, dificultando a navegação internacional nessa região. Desde o início da guerra civil, estima-se que mais de 2 milhões de Somalis abandonaram o país e encontram-se espalhados por diferentes regiões da África e de outros continentes.

Portanto, a(s) pergunta(s)/problema de pesquisa que este trabalho procura responder é: Qual/quais razões explicam a desintegração da Somália após a queda do Governo Central em 1991? E quais fatores impedem o país de se recompor e criar um Governo forte e consolidado?

A hipótese a ser desenvolvida é a de que os principais grupos que disputavam o poder no país não possuíam o poder suficiente para impor os seus interesses sobre os demais, assim como, não existia a confiança suficiente entre os diferentes grupos armados de base clânica que permitisse formar um governo de coalizão onde os interesses da maioria seriam atendidos dada a experiência do antigo regime. Tentaremos demonstrar que as causas do colapso do país são múltiplas e deve ser buscada tanto no contexto doméstico como internacional.

Geralmente quando é analisada a falência do Estado, a Somália aparece como o exemplo clássico que encaixa em todas as características desse fenômeno, contudo

---

<sup>2</sup> O Índice dos Estados Falidos (Failed States Index) é um ranking de 177 países publicado anualmente desde 2005 pela *The Fund For Peace* baseado em Três Indicadores: Econômico, Social e Político, dividido em vinte subcategorias.

sendo um país de pouca relevância no Sistema Internacional ela não atrai muita atenção dos acadêmicos e pesquisadores. Apesar dos graves problemas internos que país enfrenta atualmente, a Somália é um ator importante na estabilização do Chifre da África e na segurança da rota de energias que passa pela região. Esse país merecia mais pesquisas e debates acadêmicos. É neste sentido, que o presente trabalho justifica-se por propor a compreensão do conflito na Somália, tentando desmitificar o senso comum de que todos os conflitos na África tem raízes exclusivamente étnicas/tribais, pois como nos lembra HOBBSAWN (1991), a unidade étnica, linguística e religiosa não foi atributo indispensável para a construção dos Estados modernos, pelo contrário, ela foi construída através do nacionalismo moderno e das políticas de Estado. Pretendo com esse trabalho contribuir para o melhor entendimento sobre o conflito da Somália.

Para alcançar o nosso objetivo, utilizamos de revisão bibliográfica de caráter variado, consistindo de documentos oficiais advindos de Organizações Regionais e Internacionais, IGAD, União Africana e das agências especializadas da ONU, além de livros, artigos e estudos advindos de Centros de Estudos Africanos e de Revistas acadêmicas.

Essa monografia encontra-se dividido em três capítulos. O capítulo I é dedicado à análise da formação do Estado na Somália, com um enfoque especial na colonização Europeia no país e o processo que levou às independências e unificação dos territórios Somalis (Somalilândias) formando assim a República da Somália em 1960. Serão analisados também em linhas gerais os Governos que se formaram a partir da formação do Estado Somali, dando atenção especial ao regime militar de Said Barre e a tentativa de criar um Estado socialista centralizado.

O capítulo II propõe a análise do processo que levou o colapso do Estado Somali em 1991, tentando identificar os fatores que impediram a formação de um novo Governo logo após o fim do regime centralista do General Muhammad Siad Barre. Dado que, a Somália possui uma base etno-linguística quase que homogênea, não existem minorias étnicas significativas, a religião islâmica sunita abrange quase a totalidade da população, o país teria as condições necessárias para criar um Estado forte e estável, porém a realidade é completamente diferente: o que se vê hoje é um país sem coesão, mergulhado numa sangrenta guerra civil a mais de 20 anos, com graves consequências

para a população civil. Como comentado anteriormente a unidade étnica facilita a criação de um Estado forte e consolidado, porém ela não é suficiente.

Por fim, o capítulo III é dedicado ao estudo das várias tentativas para pacificar e estabilizar a Somália á luz da controvertida “intervenção humanitária”, dando ênfase nas iniciativas multilaterais, nomeadamente da ONU e das regionais, UA e IGAD, assim como o papel desempenhado pelos países vizinhos, particularmente pela Etiópia, Djibuti, Quênia e Uganda. No final Propõe-se a fazer um balanço dessas iniciativas, destacando os sucessos/avanços e os retrocessos.

Figura 1: Mapa político da Republica da Somália



Fonte: UNOPOS

Disponível

em:

<http://unpos.unmissions.org/LinkClick.aspx?fileticket=FHV01ARgl9I%3d&tabid=9705&language=en-US>

## **I-Construção do Estado na Somália**

O presente capítulo analisará o processo de formação do Estado na Somália em perspectiva histórica, dando um enfoque especial ao rápido e curto período de colonização<sup>3</sup> Europeia no país, avaliando assim os impactos desse evento na definição do perfil político, econômico e social, adotado logo após a independência do país em 1960. Como afirma Herbst:

Além de criar os antecessores imediatos para os Estados de hoje, os europeus trouxeram uma série de outras mudanças em África que permanecem ao nosso tempo: eles criaram um sistema de limites e novas fronteiras para a África; (...) eles construíram sistemas de infraestruturas que ainda determinam os padrões de comércio; e deixaram as suas religiões, línguas e práticas culturais (2000: 58, tradução nossa)<sup>4</sup>.

Serão também analisadas a evolução política e econômica dos governos civis e militar após a Formação do Estado nacional, assim como a dinâmica regional, particularmente os conflitos com os países vizinhos. E por fim analisaremos as alianças do país durante o período da guerra fria.

A nossa análise histórica centrará nos territórios que hoje compõem a República Democrática da Somália, porém quando necessário serão analisados os outros territórios que antes da independência faziam parte da Somália, especialmente a ex Somalilândia Francesa (atual República do Djibuti).

---

<sup>3</sup> Entende-se por colonização o processo de expansão, conquista de colônias, e a submissão, por meio da força ou superioridade econômica, de territórios habitados por povos diferentes dos da potência colonial, colonialismo define mais propriamente a organização dos sistemas de domínio” (BOBBIO 1998:191)

<sup>4</sup> In addition to creating the immediate predecessors to today states, the Europeans brought about a host of other changes in Africa that have reverberated to our time: they created a system of boundaries and frontiers new to Africa; (...) They built infrastructures systems that still determine patterns of trade; and left their religions, languages, and cultural practices.



### a. Papel dos Clãs

Para entender a Somália hoje torna-se indispensável entender o papel dos clãs dentro da sociedade Somali. Deste modo, tendo em mente os objetivos desse trabalho passaremos em seguida a apresentar brevemente a divisão e a importância dos clãs na sociedade Somali.

A Somália é considerada um dos poucos países Africanos onde existe uma relativa homogeneidade étnica, cultural, religiosa e linguística<sup>5</sup>. No entanto, a estrutura política e social encontra-se fortemente dividida num complexo sistema genealógica baseado na estrutura de clãs geográfica e economicamente distintas. Os antropólogos definem a organização sócio-política Somali como um “sistema de linhagem segmentar” descentralizado.

Quase a totalidade da população da Somália pertence à etnia somali e esse encontra-se dividida em duas principais famílias de Clãs: *Somale e Sab*. Esses por sua vez são subdivididos em seis principais clãs: Hawie, Dir, Isaq, Darod, Digil e Rahawayn que se subdividem em sub-clãs e esses em sub-sub-clãs<sup>6</sup>. Os quatros primeiros (Hawie, Dir, Isaq, Darod) pertencem à família de clã *Somale*, são pastores nômades criadores de camelos, ovelhas e cabras e constituem a maior parcela da população do país, aproximadamente 70%. Os dois últimos (Digil e Rahawayn) pertencem a família de clã *Sab*, são agricultores e são mais sedentários, constitui aproximadamente 20% da população e habitam a região sul do país (Jacquin, 1999). Os restantes 10% da população do país é composta pelas minorias, sendo o Bantu (ex-escravos) e árabes as

---

<sup>5</sup> É importante destacar alguns elementos que são encobertos quando é feito essa generalização: Segundo Farah, apesar do Islamismo ser a religião de todos os Somalis, ele não suprimiu completamente as crenças africanas pré-islâmicas, que convivem com ele soterradas (...) mas irrompendo em certos momentos e se manifestando na vida cotidiana das pessoas (...) por exemplo: cerimônias de possessão ou de transe em rituais de curas ou adivinhação, práticas condenadas pelo Islã, mais ainda assim realizadas em segredo pelas pessoas. O outro elemento que merece ser ressaltado é a unidade linguística, apesar do Somali ser a língua falada pela quase totalidade da população, Lewis afirma, “[a] língua somali compreende um numero de dialetos que podem convenientemente ser agrupados em três divisões principais: 1) o somali, 2) o somali central, 3) o somali costeiro (Benadir). Por somali comum, nós queremos dizer o tipo dialetal entendido por toda a península Somali e falado pela maioria dos *nômades pastores* que fazem a maioria da nação somali. Esse é o tipo dialetal encontrado em toda parte, a não ser na área de cultivo entre os rios Juba e Shabelle, ocupada pelas tribos Digil e Rahanwiin (que falam o somali central), e nas cidades costeiras do sul (Merka, Brava, Warsheikh e Mogadíscio) e seus arredores, onde o somali costeiro é falado. [...] O somali central, o tipo dialetal dos tribos predominantemente agricultoras Digil e Rahanwin, difere do somali comum[...]” ( FARAH 1994, ANDRWZEJEWKI & LEWIS, 1964:37-8 apud CARBONIERI, 2010:21)

<sup>6</sup> Ver as figuras 3 e 4

mais significantes, a maioria são pescadores e comerciantes e vivem nas zonas costeiras e ribeirinhas. Esse modo de vida diferente das duas principais famílias de clãs é explicado em parte pelas condições geográfico-climáticas diversificadas do país: o norte é mais seco e árido enquanto que o sul possui planícies férteis propícias para a prática da agricultura, pois é nessa região que está localizada os dois principais rios do país (Juba e Shebelle).

Conforme a definição, “*clã constitui-se num grupo de pessoas unidas por parentesco e linhagem e que é definido pela descendência de um ancestral comum. Mesmo se os reais padrões de consanguinidade foram desconhecidos, não obstante os membros reconhecem um membro fundador ou ancestral*”(Enciclopédia Columbia, 1987:102). A tradição Somali afirma que todos os ancestrais que dão nomes aos clãs e subclãs descendem de um único patriarca mítico chamado Hill, a partir do qual é traçada genealogia de cada um deles.

(...) O clanismo não deve ser entendido como uma mera relação de consanguinidade baseia-se na verdade no modo de vida tradicional dos pastores nômades da Somália. Nele, os grupos de pastores se unem e buscam a cooperação mútua para proteger de ataques de grupos rivais [aos] seus rebanhos de cabras, ovelhas e principalmente camelos. É dessa aliança, com vistas à defesa, proteção e sobrevivência da comunidade, que surge a ideia do clã. (MANSUR, 1995, apud CARBONIERI, 2010: 9)

Essa relação de parentesco entre membros de um determinado Clã pode ser comparada a um “contrato social”, onde as pessoas abrem mão de certos direitos para um governo ou outra autoridade a fim de obter as vantagens da ordem social. Segundo Gunbel, cada clã é responsável pelos seus membros, portanto as ações individuais de cada membro terá impacto sobre todo o clã. Além disso, ele explica que pertencer a um clã significa fornecer proteção, acesso à água, boas terras e poder político, bem como a resolução de conflitos através da lei consuetudinário Somali (*Sheer*). (GUNDEL, 2009 apud RINEHARD, 2011: 2)

Depois do colapso do governo central em 1991, intensificou os debates sobre a importância dos clãs enquanto variável explicativa da guerra civil e da desintegração do país. Esse fator geralmente é atribuído como o principal obstáculo á formação de um Estado moderno na Somália. No entanto, analisando profundamente as partes em conflito, percebe-se que os principais grupos envolvidos no conflito pertencem ao

mesmo grupo de clã. Tendo isso em mente, fica claro que existem interesses políticos e econômicos de um pequeno grupo de indivíduos que utilizam os clãs como forma de mobilização para atingir os seus próprios objetivos. Como nos lembra Lewis, clanismo é um princípio elástico podendo ser manipulado de formas diferentes por indivíduos e grupos sedentos de poder. Ainda segundo o autor, as facilidades encontradas no mundo moderno em que é possível, por exemplo, buscar apoio econômico, político e militar em várias esferas do plano externo, fizeram com que até mesmo os menores senhores dos clãs atingissem um poder nunca antes visto na história do povo somali (LEWIS, 1994).

Dessa forma, tentaremos demonstrar ao longo desse trabalho que a estrutura clânica que caracteriza a sociedade Somali apesar de ter um papel importante na dinâmica política, econômica e social do país, ela não é suficiente para explicar o estado em que o país se encontra hoje. O problema é resultado da combinação de elementos interno e externo. Desta forma, os conflitos entre os clãs que anteriormente giravam em torno da disputa de pastagens e fontes de água ou do roubo de animais, hoje se refletem nas disputas muitas vezes violentas pelo posto de poder.

Como argumentado anteriormente, dada a essa relativa homogeneidade étnica, cultural, linguística e religiosa, presume-se que a Somália teria condições de formar um Estado moderno, contudo, como é sabida a realidade é completamente diferente. Cabe aqui ressaltar que a homogeneidade étnica apesar de facilitar não é suficiente para garantir a coesão interna de um país. A Ruanda, por exemplo, as pessoas falavam o mesmo idioma e tinham a mesma cor da pele, mas havia diferenças de classes econômicas entre o povo tutsi, que tinha migrado para a região com uma cultura pecuária séculos antes, e o povo hutu, de agricultores e em maior número – esse fato não evitou o genocídio em 1994, em que 750 mil tutsis foram mortos (NYE, 2009:198, com adaptações)

## b. Colonização Europeia

Devido a sua localização estratégica no chifre da África próxima da península Arábica e do golfo do Aden, a Somália foi importante entreposto comercial desde muito cedo. Os seus portos estratégicos serviram durante vários séculos para troca de suas mercadorias com os produtos importados da Arábia, do golfo pérsico e das Índias. Esse contato com os comerciantes estrangeiros, particularmente os Árabes e os Persas que cedo estabeleceram vários entrepostos comerciais na costa dessa região levaram aos Somalis a converterem voluntariamente ao Islamismo a partir do século VII. Como Lembra Harper:

Houve uma substancial influência árabe na Somália por centenas de anos. A existência de comunidades mercantes árabes em cidades costeiras como Mogadíscio, Zélia e Berbera a partir do século sétimo, levou à mistura de sangue árabe e Somali através dos casamentos, o que acelerou a penetração do islã, que foi adaptado distintamente no "estilo-somali" (...) (2012, p.46, tradução nossa)<sup>7</sup>

A Somália foi durante muitos séculos um sistema descentralizado constituído por pequenas unidades políticas (Clan-State) dispersas. Por não possuírem um Estado forte e organizado, estes nômades foram testemunhas impotentes da balcanização do seu habitat (Rodrigues, 1990:148). Durante os séculos XV e XVI, mercadores Portugueses estabeleceram vários interpostos comerciais ao longo do litoral da atual Somália. Com a expulsão dos Portugueses a região passou a ser controlada pelo sultão de Zanzibar.

Antes dos Europeus se instalarem na costa da Somália na segunda metade do século XIX, os Egípcios atraídos pelo seu litoral estratégico, fizeram várias tentativas para anexar partes desse território, nomeadamente as regiões portuárias. Por resistência local essas primeiras tentativas de ocupação fracassaram, entretanto, na década de 1870 esses conseguiram instalar no norte do país onde permaneceram por dez anos, quando foram expulsos pelos *mahdistas* Sudaneses.

A abertura do canal de Suez pela Grã-Bretanha em 1969 levou a uma nova dimensão geopolítica á Somália. Como todo o continente Africano, a Somália foi palco

---

<sup>7</sup> “There has been substantial arab influence on Somália for hundreds of years. The existence from at least the seventh century of settle Arab Merchant communities in coastal towns such as Mogadishu, Zelia and Berbera led to the mixing off Arab and Somali blood through intermarriage, and hastened the penetration of Islam, which was adapted into a distinctly ‘Somali-style’ (...).”

de disputa entre as potências imperialistas Europeias (Grã-Bretanha, França e Itália) na segunda Metade do século XIX. Os Britânicos Foram os primeiros a se instalar na costa da Somália (norte), visando garantir a rota comercial para o Oriente, agora demandado pelo canal de Suez. Os Franceses depois de serem expulsos do Egito pelos Britânicos estabeleceram um pequeno enclave no noroeste do território do atual Republica do Djibuti, passando a controlar a margem oriental do estratégico estreito de Bab-el Madeb onde fixaram uma estação de reabastecimento de carvão para reforçar as rotas navais com as suas colônias da Indochina. Assim, os Ingleses e os Franceses passaram a controlar a costa meridional do Golfo do Aden. Os Italianos chagaram tarde a partilha do continente, porém ocuparam o maior e o mais produtivo território no sul da Somália (costa de Benadir ), além de importantes cidades portuárias (Brava, Merca, Mogadíscio, etc). A Abissínia (atual Etiópia) entrou na disputa 1884 sob a liderança do imperador Menelik II colocando em prática a sua política de expansão territorial com o objetivo de defender o seu território contra a invasão Europeia. Segundo Schneider (2010), depois da vitória sobre os italianos na batalha Adowa<sup>8</sup>, deu inicio a segunda fase de expansão de território ao sul, buscando o controle da região de Haud e do deserto do Ogaden anexados em 1895. Conforme Ki-Zerbo:

[...] Uma das várias interpretações da história desta região sugere que, enquanto a invasão Europeia era motivada por considerações imperialistas e capitalista, a expansão da Etiópia era essencialmente uma reação defensiva, devido ao estabelecimento de colônias europeias nas vizinhanças do país. Segundo a mesma interpretação, como a Itália, o Reino Unido e a França avançavam para o interior a partir de suas respectivas posições litorais, o imperador etíope, Melenik, tentava mante-los o mais longe possível do centro do seu império [...] ampliando as suas próprias fronteiras. (1972:104)

No final do século XIX a etnia Somali encontrava-se dispersa em cinco regiões ocupadas por países diferentes: Somalilândia Francesa, Somalilândia Britânica, Somalilândia Itália, nas províncias do Haud e do Ogaden (Etiópia) e no que veio ser chamado de distrito norte do Quênia.

---

<sup>8</sup> A batalha de *Adwa* foi travada no norte da Etiópia (na cidade de *Adwa*) em 1896 entre a Etiópia e Itália. O que estava em jogo era a independência da Etiópia. “A batalha de *Adwa* teve significado importantíssimo, não apenas para a Etiópia, mas para África [...] foi uma das mais incríveis e esmagadoras vitórias de um país Africano sobre uma potência europeia e colocou o país no mapa político mundial, recebendo diversas delegações após o feito”. (SCHNEIDER, 2010:69)

A administração das colônias apesar de conter alguns traços em comum, ela não foi uniforme. Isso se deve às características particulares de cada um dos impérios, nomeadamente as tradições políticas e os próprios objetivos da conquista. A Itália, por exemplo, pretendia instaurar uma colônia de colonos e empresários comerciais no sul de Mogadíscio nas proximidades dos rios Juba e Shabelle. De acordo com Metz (1992:12), existiam três principais motivos: primeiro, para “aliviar a pressão populacional em casa”; segundo, para oferecer “a missão civilizadora romana”; e por último aumentar o prestígio da Itália através da colonização no exterior. Os Italianos introduziram novas culturas, cana de açúcar, frutas cítricas e banana que tornou um dos principais produtos de exportação da Somalilândia Italiana, além de contribuir na transformação da economia do sul.

Em contraste, os Britânicos inicialmente, como mencionado anteriormente, pretendia garantir a segurança da principal rota de abastecimento de suas colônias Asiáticas. Deste modo, a ocupação desse território tornou-se necessário para conter o expansionismo Francês na região. No norte, dada às condições climáticas, atividade econômica dominante era a criação de gado. Esse protetorado tornou-se o principal exportador de carne para a colônia Britânica do Áden.

As consequências desse “desenvolvimento desigual” vieram à tona no momento da independência e unificação dos dois territórios (norte e sul). O norte era relativamente mais atrasado em comparação ao sul, pois esse último possuía infraestruturas econômicas e mão de obra qualificada. Neste sentido, o sul passou a dominar a vida política e econômica do país. Cabe lembrar, que a cidade escolhida para ser a capital do país (Mogadíscio) está localizada no sul. Esse assunto será retomado mais a frente.

Na Somália como na maioria dos países Africanos a ocupação do seu território pelas forças estrangeiras não se deu sem resistência. Vários chefes encabeçaram levantes dos Clãs contra as forças europeias e etíopes. Assim, conscientes das rivalidades existentes entre as potências, os chefes somalis tentaram jogar umas contra as outras. Assinaram tratados com esta e aquela potência colonial, na esperança de que a prática diplomática lhes resguardasse a independência (KI-ZEERBO,1972:105). A diplomacia não surtindo efeito, alguns clãs tentaram preservar a soberania pela força, não obstante a desvantagem material e pessoal em relação às forças invasoras.

Inicialmente, apesar de possuírem objetivos comuns, os clãs não se juntaram para formar uma frente única para lutar contra os intrusos estrangeiros. Como lembra o autor, os Somali, não obstante a sua unidade cultural, não constituíam uma entidade política única. A agressão estrangeira, portanto, não encontrou pela frente uma nação unida, mas um mosaico de clãs isolados e, muitas vezes inimigas.

Embora os pastores somalis tinham, tradicionalmente, um forte sentimento de unidade cultural e linguística, eles não formam uma única unidade política. Eles são uma nação, e não um Estado, embora eles possuíssem os pré-requisitos culturais para o Estado. As seis principais divisões do país (o Dir, isaq, Darod etc) não se juntam para enfrentar o mundo, nem eles regularmente atua como unidades políticas estáveis ou autônomo dentro do sistema político somali ( Lewis, 2008, p.27, tradução nossa)<sup>9</sup>.

O mais longo e bem organizado movimento de resistência contra a penetração europeia e etíope no território Somali foi encabeçado pelo poeta e líder religioso Sayyid Mohammed Abdille Hassan, conhecido pelos britânicos por *Mad Mullah* (Mulá o louco), provavelmente por sua ousadia em lutar com adversários mais bem armados. Esse movimento conhecido por *Dervixe* foi fundado em 1895 na cidade de Berbera, Somalilândia Britânica.

Sayyid Mohmmmed era membro de uma família de pastores nômades, pertencia ao clã Darod, possuía grande conhecimento sobre o Islã e era um grande admirador do movimento *mahdista* do Sudão liderado pelo Mohammed Salih. Graças ao seu carisma pessoal e às suas qualidades de chefe, ele chegou a assumir o comando de uma tropa heterogênea, recrutada em vários clãs somalis, e criar um exército regular de 12 mil homens (KI-ZERBO,1972:106). Para mobilizar os diferentes grupos contra a administração colonial, apelou aos sentimentos religiosos deles, fosse qual fosse o clã

---

<sup>9</sup> Although the Somali pastoralists had, traditionally, a strong sense of cultural and linguistic unity, they did not form a single political unit. They were a nation, not a state, although they possessed the cultural prerequisites for statehood. The six major divisions of the nation (the Dir, Isaq, Darod etc.) did not combine together to confront the world, nor did they regularly act as stable or autonomous political units within the Somali political system.

[...] uniu uma multidão de clãs sob a dupla bandeira, do islã e da pátria. (SHEIK-ABDI, 1978:62 apud KI-ZERBO, 1972: 106).

Os confrontos ocorreram em três frentes: inicialmente no protetorado Britânico, alastrandose posteriormente para os domínios Etíope e Italiano. Ao longo do primeiro quarto do século a posição da resistência oscilava entre vitórias e baixas, porém em 1921 a resistência sofreu um duro golpe com a morte de Sayyid Mohammed, provavelmente por uma moléstia infecciosa. A morte de Sayyid trouxe certa estabilidade às colônias, o que contribuiu para a consolidação das forças estrangeiras nos protetorados. Apesar de enfraquecido a resistência não cessou. Dessa forma, a demonstração do nacionalismo Somali só fortifica na década de 1940 com a criação da *Somali Youth League*.

A importância desse movimento foi notória por várias razões: em primeiro lugar pelo tempo de duração, tendo sido um dos conflitos de resistência mais longos (vinte anos) e sangrenta ocorrida na África Subsaariana durante o período colonial; Em segundo lugar pela mobilização de milhares de tropas coloniais e materiais bélicos e o uso da *Royal Air Force* pela Grã Bretanha para conter esse levante, segundo Harper (2012), a primeira vez que foi utilizado a força aérea num ataque na África subsaariana; Em terceiro lugar, pela sua amplitude e complexidade, conseguiram superar as divisões clânicas e criaram uma frente nacionalista englobando vários clãs lutando contra o inimigo externo. Esse movimento é reconhecido como a primeira manifestação do nacionalismo na Somália.

Em outubro de 1935, a partir das suas colônias no Chifre da África (Eritreia e Somália), a Itália fascista invadiu a Abissínia o único país Africano totalmente independente até então, colocando em prática parte o seu projeto imperialista de criar um “novo império Romano” esboçado a partir de 1922 com a instauração da ditadura fascista de Benedito Mussolini. A Liga das Nações, da qual a Abissínia era membro, além dos tradicionais protestos verbais, aprovou um embargo comercial à Itália, por pressão de Londres, pois o controle da região por Mussolini poderia ameaçar a rota do canal de Suez e os interesses petrolíferos no Golfo Pérsico (VISENTINI, 2010:71).

Com o início da Segunda guerra mundial na Europa e os sucessos iniciais de Hitler levou o líder italiano a acreditar que a Inglaterra e a França logo seriam derrotadas [...] em 1940 a Itália declarou guerra à França e à Inglaterra (JORDAN & WIEST, 2008).



Depois da queda da França em 1940 e início da batalha da Inglaterra (tentativa de Hitler ocupar a Inglaterra), os Italianos invadiram e ocuparam com facilidade a Somalilândia Britânica em agosto do mesmo ano. Com a ocupação da Somália Britânica, a Itália controlava quase todo o chifre da África. Como mencionado anteriormente, a presença Italiana nessa região estratégica, as rotas comerciais Ingleses/aliados no mar vermelho e no Golfo do Aden estariam ameaçados. Assim, em Março de 1941 uma ofensiva da Grã-Bretanha e dos aliados derrotou os invasores e as tropas britânicas retomaram o seu protetorado no norte da Somália, ocuparam a Somalilândia Italiana, a região do Ogaden e grandes zonas fronteiriças da Somalilândia Francesa, além de libertar a Etiópia do domínio Italiano. Depois da derrota da Itália todos esses territórios passaram para Administração Militar Britânica (AMB)<sup>10</sup> (1941-1949).

Diante da crescente pressão política Italiana, hostil a posse britânica e às aspirações de independência da Somália, os Somalis e os Britânicos viram uns aos outros como aliados, encorajaram os Somalis a organizar-se politicamente e em 1943 em Mogadíscio foi fundado o primeiro partido político moderno da Somália, a *Somali Youth League (SYL)*. (METZ, 1992, p.14, tradução nossa). Cabe lembrar, que em 1943 os britânicos permitiram aos italianos que viviam no ex-protetorado organizar associações políticas. A SYL tornou-se um dos principais defensores do nacionalismo Somali, de certa forma inspirado pelo movimento *dervixe*. De acordo com Mohamed:

A Somali Youth League (SYL) articulou a necessidade de unidade nacional (...) desencorajando as divisões e rixas entre os clãs. A SYL ajudou aos Somalis a perceberem que a única maneira de ter sucesso e vencer ocupação colonial era unir contra ele. Contra um rival comum, uma consciência nacional estava começando a se formar. A pressão política também ajudou a melhorar a vida: governantes colonial adotou medidas para promover o desenvolvimento econômico, melhorar a educação e saúde e para o crescimento das comunidades urbanas. O foco principal da SYL, é claro, era acabar com o regime colonial e libertar a nação da influência e dominação estrangeira.<sup>11</sup>(2009:11, tradução nossa)

---

<sup>10</sup> British Military Administration (BMA)

<sup>11</sup> The Somali Youth League (SYL) articulated the need for national unity (...) discouraged division and feuding between clan. The SYL helped Somalis realize that the only way to succeed and overcome colonial occupation was to unite against it. Against a common rival, a national consciousness was beginning to form. The political pressure also helped to improve lives: colonial rulers took steps for economic development, better education, and healthcare for growing urban communities. The SYL's

Inicialmente as atividades desse partido estavam restritas a região sul do país (Somalilândia Italiana), porém os objetivos<sup>12</sup> que defendiam foram rapidamente ganhando adeptos em outras regiões. Foram abertas representação do partido na Somalilândia Britânica, Ogaden (Etiópia) e no *North Front District* (NFD) (Quênia). Segundo Metz (1992), em 1946 a SYL já contava com 25 mil membros. A SYL desempenhou um papel importante na construção de uma base e conseguiu reunir quase todos os Clãs sob um único objetivo, a participação ativa das mulheres na luta pela independência era outro fator inovador. A SYL tornou-se o partido político dominante e veio ser um dos responsáveis pela independência e unificação dos territórios em 1960.

Apesar da SYL vinha ganhando adeptos um pouco por todo território Somali, novos partidos políticos surgiram nesse mesmo período representando diferentes clãs: No sul surgiu a *Hisbia Digil Mirifle* (HDM), Representado os Clãs Digil e Mirifle, segundo Metz (1992), existe grandes evidencias que esse partido colaborava com Italianos, recebendo ajuda financeira e lutava contra afirmação da SYL; No norte surgiu dois partidos políticos fortes, a *Somali National League* (SNL), que representava o Clã Isaaq e a *United Somali Party* (USP), representando os Clãs Dir e Darod.

Esses movimentos, ao contrário das resistências anteriores e pré-nacionalista, foram principalmente organizado e liderado pela elite ocidentalizada: aqueles [que receberam] educação ocidental, principalmente os filhos dos chefes colaboradores e aqueles que trabalharam para a administração colonial<sup>13</sup>(CASTAGNO, 1965 apud ISMAIL 2010, p.46).

No final da segunda guerra mundial, durante a conferência de Potsdam foi discutido a questão do ex-protetorado Italiano na Somália e ficou decidido que este não retornaria para a Itália. Foi criada uma comissão composta pela URSS, EUA, Inglaterra e França para decidir o futuro desse território. Os Britânicos tinham interesses específicos na região e pretendiam manter esses territórios sob o seu domínio. Porém, quando eles reconheceram a sua incapacidade em criar nos limites da ex-África oriental Italiana,

---

main focus, of course, was to end colonial rule and liberate the nation from foreign influence and domination.

<sup>12</sup> Principais objetivos: Unificar todos os territórios Somalis; lutar pela libertação nacional e criar uma educação moderna e universal para desenvolver a língua Somali; criar uma ortografia padrão e opor a restauração do governo italiano.

<sup>13</sup> These movements, unlike previous resisters and pré-nationalism, were mainly organised and led by Westernised elite: those with western education - mainly the sons of collaborating chiefs- and those working for the administration colonial.

uma entidade por eles controlada, os Britânicos tornaram-se ardentes partidários do movimento pan-Somali e propuseram, em 1946, a unificação de todas as terras Somali [Grande Somália]” (STOUVAL, 1963, LEWIS, 1965 apud KI-ZERBO, 1982: 180). A proposta ficou conhecida por “plano Bevin” e foi rejeitada pelas outras potências, particularmente pela França e Etiópia que também possuíam interesses na região.

Sob a pressão dos EUA e da URSS a região do Ogaden foi devolvida á Etiópia em 1948 e no mesmo ano teve início na ONU a discussão entre as potências sobre destino da ex-Somalilândia Italiana. As três potências ocidentais eram favoráveis ao retorno do protetorado á tutela Italiana sob supervisão da ONU enquanto que a URSS defendia uma administração coletiva pelas quatro potências. No final o entendimento das potências ocidentais prevaleceu e em novembro de 1949 a Assembleia Geral da ONU decidiu colocar o ex-protetorado Italiano sob a tutela da Itália por dez anos com supervisão da ONU. Como esperado, esse resultado despertou uma onda de manifestações populares em Mogadíscio, uma vez que o anseio de autonomia foi postergado por mais dez anos. Em 1950 os Italianos assumiram o controle da região depois da retirada dos Britânicos e tinham a missão de preparar esse território para a independência em dez anos.

De acordo com Ki-Zeerbo (1982), os primeiros anos do retorno da administração Italiana foi marcado pelo enfrentamento entre os nativos e os Italianos que reivindicava maior participação na administração. Ainda segundo autor, Esse fato, levou a multiplicação dos partidos políticos na Somália (vinte em 1954 contra oito em 1950), visando a luta pela independência nacional.

Neste sentido, as Metrôpoles (Itália, Inglaterra e França) comprometeram preparar as suas colônias para independência ao longo de um período de dez anos (1950-1960), isto é, as colônias foram ganhando experiência política e autonomia durante esse período. No entanto, a evolução política, econômica e social das três Somálias durante a década de 1950 foi bem diferente.

Na Somalilândia Itália, foram desenvolvidos vários programas para estimular a agricultura local, melhorar as infraestruturas e expandir as instalações educacionais. Segundo Metz, os esforços de desenvolvimento na educação foram o mais bem sucedido (...) foram oferecidos bolsas de estudo para os estudantes fazerem curso superior fora do país, principalmente na China, Egito e Itália, além de criar escola para

alfabetização de adultos (1992:17). Ainda segundo a autora, os resultados desses programas foram severamente prejudicados pela falta de um alfabeto padrão e de uma língua comum.

A evolução política dos Somalis durante esse período foi notável. Desta forma, foi formado um sistema representativo com base nos partidos políticos e em fevereiro de 1955 foram realizados as primeiras eleições legislativas gerais. Dez partidos políticos apresentaram as suas candidaturas para concorrer a setenta cadeiras no Parlamento. A SYL que vinha crescendo ao longo dos anos, foi o grande vencedor dessa primeira eleição, obtendo a maioria absoluta dos votos.<sup>14</sup> O jovem Abdullaahi Iise, líder da SYL no parlamento tornou-se o Primeiro Ministro do primeiro governo formado por cinco ministérios. É importante ressaltar que todos esses ministérios foram constituídos por Somalis, porém, o novo governo era responsável apenas pelos assuntos internos. Conforme Ki-Zeerbo:

Plenos poderes estatutários para os assuntos internos foram conferido à nova Assembleia, porém o chefe da administração da tutela Italiana guardou o direito de veto absoluto e conservou a sua primazia jurídica sobre os assuntos militares e externos, além disso, os ministros Somalis estavam rodeados de conselheiros italianos. Tensões e cisões produziram-se no seio da SYL, concomitantemente ao aumento do seu poder e com a aproximação da independência (1982:182)

Em 1958 foi realizada novas eleições legislativas, apesar da tentativa de boicote da HDM e da *Great Somali League* (GSL), a SYL obteve uma vitória esmagadora<sup>15</sup>, pois nessa eleição já era apoiado praticamente por todos os Clãs do Sul. O então primeiro ministro Iise foi reeleito. Assim, na Somalilândia Italiana estava tudo posto para a independência.

Na Somalilândia Britânica, apesar da perda relativa da importância estratégica desse protetorado para os interesses Britânicos na região depois da nacionalização do canal de Suez em 1956 pelo novo presidente do Egito Gamal Abder Nasser, a Grã-Bretanha não agilizou o processo para a autonomia. Além de nada empreenderem no seu protetorado somali, começaram por ceder à Etiópia o disitrito de Haud, vasta zona de pastagem

---

<sup>14</sup> Ver o quadro 2

<sup>15</sup> Ver o quadro 3

integrada no império Italiano e que haviam recuperado no decorrer da guerra (KI-ZEERBO,1972:307). Como abordado anteriormente, a Somalilândia Britânica era relativamente mais atrasada que a Somalilândia Italiana, as infraestruturas econômicas eram precárias e a própria evolução política durante esse período foi mais lento. Desse modo, os partidos políticos organizaram várias manifestações demonstrando as suas preocupações com a lentidão do processo. Segundo Ki-zeerbo, a Grã Bretanha impediu a formação de um sistema representativo com base nos partidos, reservando este papel exclusivamente aos clãs. O autor destaca ainda que os partidos políticos fundados antes de 1950, notadamente SNL e SYL, foram expostos as perseguições da administração colonial, estes conduziam atividades muito reduzida (1982:185).

Só em 1957 foi instaurado um Conselho Legislativo, composto por seis membros, porem os seus poderes permaneceram extremamente limitados até 1960. As primeiras eleições legislativas só foram realizadas em 1960, alguns meses antes da independência, e a SNL saiu a grande vencedora da eleição.<sup>16</sup>

Na Somalilândia Francesa, a evolução política não acompanhou os restantes protetorados, pois a situação deste era um pouco mais complexo. O Somali não era o único grupo étnico, a etnia Afars era quase equivalente em termos numéricos, apesar da leve predominância dos Somalis. De acordo com Ki-Zeerbo, os Afars nômades, (...) eram sistematicamente favorecidos comparativamente aos Somalis mais urbanizados. A sua localização geoestratégica e provido de bons portos fez a França resistir às crescente reivindicações interna e externa por independência da região. Além do mais, internamente existia uma divisão entre os principais rivais no cenário político: Marmundi Harbi defendia a unificação desse protetorado com os restantes dos territórios Somáli enquanto que Hassan Gouled era favorável a uma estreita união com a França. É importante ressaltar que os dois líderes pertenciam a etnia Somali. A posição de Gouled prevaleceu e em 1958 num referendo onde uma minoria de eleitores participaram, votaram a favor da adesão na Comunidade Francesa<sup>17</sup>. Esse protetorado só veio alcançar a independência em 1977 com nome de Republica do Djibuti. A

---

<sup>16</sup> Ver tabela 4

<sup>17</sup> A comunidade Francesa foi criada em 1958 visava a associação das antigas colônias (Francesa) com a França Metropolitana. Os membros possuíam considerável autonomia, porem era lhes negado o controle da Educação Superior, Moeda Corrente, Defesa e Assuntos Exteriores. (KI-ZEERBO 1972: 214-215)

República Democrática da Somália veio ser o primeiro país a reconhecer a sua independência.

### **c. Formação do Estado**

Depois das independências dos protetorados Britânico (26 de junho) e Italiano (01 de julho) de 1960, a maioria da população e os líderes políticos dos dois países demonstraram o interesse de unir os dois territórios para formar um único país, o que acabou por acontecer no dia 1º de julho quando o parlamento votou a favor da fusão desses territórios formando a República da Somália, estabelecendo a capital em Mogadíscio. Depois da unificação formal do Norte e do Sul, a SYL a parte política dominante no sul, concordou em agir em conjunto com a SNL e USP ambos do norte, para facilitar a unificação completa dos territórios (ISTMAIL, 2010:58). As duas assembleias legislativas foram mesclados e formaram a Assembleia Nacional da República com 123 assentos<sup>18</sup> e Adan Abdulle Osman (Hawiye) foi eleito o presidente provisório e Abdirashid Ali Sharmarke Primeiro Ministro do país. O governo foi criado pela coalizão dos principais partidos políticos: SYL, SNL e USP.

O sonho de unificar os cinco territórios na “grande Somália” sob um único governo não foi possível em 1960, porém continua sendo uma das principais manifestações nacionalista do país. A bandeira da nova República, por exemplo, carregava cinco estrelas, cada um representando um dos territórios habitados por somalis (ISTMAIL, 2010). Esse sentimento nacionalista pan-Somali, não era exclusivo da população civil, tornou-se um projeto político.<sup>19</sup> Conforme Metz, (1992) esta questão dominou a opinião pública e qualquer Governo cairia se não demonstrasse uma atitude militante em relação aos países vizinhos que ocupam os territórios Somali. Esta foi uma das principais razões da não adesão do país à Organização da Unidade Africana em 1964, pois o artigo 3º da carta da organização pregava a manutenção das fronteiras herdadas do colonialismo a não ser modificadas por meios pacíficos e consensuais<sup>20</sup>. Durante o Governo de Shermake's a unificação desses territórios tornou-se um tema dominante nas relações

---

<sup>18</sup> Dos 123 assentos 33 eram reservados aos partidos políticos do norte e 90 para os do sul.

<sup>19</sup> A própria constituição de 1961 previa a unificação dos territórios: “Por meios legais e pacíficos, a união dos territórios Somali”,(...) e que todos os Somalis, não importa onde eles residiam eram cidadãos da República. (SAMANTHA, 1993 apud Istamail, 2010, tradução nossa)

<sup>20</sup> Além disso um dos principais mentores da OUA é a Etiópia, país que a Somália possui disputa de território á várias décadas, o que reforçaria a posição da Etiópia.

internacionais do país (Istmail, 2010). Durante a década de 1960 surgiram várias insurgências separatistas dos Somalis no nordeste do Quênia (1963-1967), conhecida pelos Quenianos como conflito de “*shifia*” (bandidos) e na região do Ogaden (1963) que levou um breve enfrentamento militar entre a Somália e esses países.

De acordo com HERBST (2000), o principal problema dos Estados africanos está em seu tamanho, pois aqueles países muito vastos não conseguem devido à pouca capacidade estatal e à falta de ameaças a suas fronteiras exercer seu poder nas periferias, o que incorre na sua insurreição. O autor complementa que o tamanho em si não é importante - mais, a distribuição da população é fundamental, isso é particularmente válido para a Somália. A Somália é o décimo quarto país mais extenso da África (627,000 km<sup>2</sup>), porém, a maior densidade populacional está concentrada em torno da capital Mogadíscio, nas regiões ribeirinhas e nas duas principais cidades do norte, Hergeysa e Berbera. Mais a frente veremos que essa baixa capacidade de exercer autoridade sobre todo o território vai levar facilmente a fundação e consolidação de grupos insurgentes que passaram a lutar contra o governo central.

A construção do Estado na Somália foi um enorme desafio para os líderes políticos, na medida em que, por um lado temos a unificação de dois territórios colonizados por países diferentes com tradições políticas distintas às vezes quase que antagônica e por outro lado a proliferação de partidos políticos com interesses específicos baseado no sistema de Clã.

Deste modo, apesar de unidos formalmente as duas parte da nova Republica em alguns aspectos pareciam países diferentes. Conforme Ismail:

(...) Do ponto de vista institucional, pareciam quase dois países distintos: primeiro, os funcionários do governo no norte e no sul recebiam salários diferentes e trabalhavam em condições diferentes; Segundo, do ponto de vista jurídica, cada parte da República tinha uma tradição jurídica separada, herdada das autoridades coloniais; Terceiro, os procedimentos de contabilidade, sistema fiscais e tarifários, padrões do comércio, etc do norte eram separados do sul; E quarto, os assuntos/relações das partes eram

conduzidas em línguas diferentes, Italiano no sul e Inglês no norte. (2010:62, tradução nossa, com adaptações) <sup>21</sup>

Ainda segundo o autor, a comunicação física entre as duas regiões, especialmente entre as duas principais cidades (Mogadíscio e Berbera) eram precárias, existia menos de 100 km de estrada pavimentada o que dificultava o intercâmbio econômico, esse praticamente não existia.

No momento da independência e durante todo o governo civil (1960-1969), a República da Somália era uma das nações mais pobre e atrasada do mundo, uma vez que dependia fortemente da ajuda externa. A economia do país era pouco diversificada, centrada basicamente em três setores: Setor primário: a agricultura e criação de gado, empregava a maior parte da mão de obra ativa do país, era o maior componente do PIB e das receitas das exportações, além de ser o principal meio de subsistência da maioria da população; Segundo, setor privado: constituído basicamente pelos pequenos comerciantes; Terceiro, setor de serviços, onde o Estado era o principal empreendedor, contudo esse era bem pequeno. De acordo com Ismail (2010), nos primeiros anos após a independência, o país buscou tirar vantagem da sua posição geopolítica, inicialmente manteve neutro não demonstrando interesse em alinhar a qualquer bloco na guerra fria, porém buscou ajuda externa para o desenvolvimento em ambos os blocos.

Nas eleições de 1967 uma coalizão política entre o norte e o sul elegeu o ex-primeiro ministro Abradirashid Ali Shermake ao cargo de presidente da República e Mohamed Haji Ibrahim Egaal (Isaaq) assumiu o cargo do Primeiro Ministro durante um processo eleitoral conturbado. O novo governo adotou uma nova política externa menos agressiva em relação aos vizinhos, buscando concertação com os líderes regionais tentando resolver os desentendimentos por meio pacífico. Nesse mesmo ano foi assinado o cessar fogo com o Governo do Quênia. Como nos lembra Metz (1992), Igaal

---

<sup>21</sup> From an institutional perspective, almost two separate countries: firstly, government officials the North and the South were receiving unequal payment and were operating under different conditions of services; secondly, For the legal aspect, each part of the republic had a separate legal tradition inherited from its colonial authorities; Thirdly, different procedures of accounting and fiscal systems- tariff systems, custom dues, patterns of trade etc- separated the South from the North; and fourthly, the affairs of the parts were conducted in two different languages, Italian in the South and English in the North.



possuía uma posição moderada sobre as questões pan-Somali e tinha o desejo de melhorar as relações com os países Africanos, particularmente com os seus vizinhos. Apesar de certa estabilidade política, pois a integração política entre o norte e sul parecia estar resolvida, o governo não conseguiu resolver outros problemas, nomeadamente os económicos e sociais.

Em outubro de 1969 o presidente Shermarke foi assassinado por um membro da força policial enquanto visitava as regiões devastadas pela seca. Esse acontecimento veio mudar o rumo da história da Somália. Aparentemente o assassinato do presidente não tinha ligação com os militares golpistas, era mais um ato de revanche ligada à disputa de clãs (Haper, 2012:54, tradução nossa).

#### **d. Revolução de 1969 e governo militar Socialista**

O ano de 1969 foi um ponto de inflexão na história contemporânea da Somália, não só pela ruptura da ordem democrática que vigorava desde 1960, mas também pela ruptura do modelo de desenvolvimento seguida até então. Até aquele momento a República da Somália deferia pouco ou nada da Somália colonial: um país fortemente dependente de ajuda externa, com infraestruturas físicas e industriais precárias, taxa de alfabetização muito baixa, etc.

Neste sentido, os eventos que desencadearam o golpe militar de 1969 iniciaram-se com a insatisfação dos militares com o péssimo desempenho do governo em resolver os problemas internos, particularmente a melhoria das condições de vida da população, a corrupção, o nepotismo e foi reforçado nas eleições de 1967 e 1969 com alegação de que essas eleições foram fraudulentas. É importante frisar que os militares desde a independência estavam fora da política.

Logo após o assassinato do Presidente em exercício, o parlamento reuniu-se em caráter de emergência para escolher um novo presidente da República. Quando todas as evidências indicava que o então Primeiro Ministro Mohamed Haji Ibrahim Egal seria escolhido como o novo Presidente do país, o que significaria a continuidade desse processo, o exército ocupou os pontos estratégicos da capital Mogadíscio e a junta militar tomou o poder por meio de um golpe de Estado e o General Mohammed Said Barre foi nomeado como o presidente do país em 21 de outubro, cinco dias após a morte

do ex-presidente (METZ,1992:28, tradução nossa). Os membros do governo e outros líderes políticos foram presos.

O país passou a ser governado pelo Conselho Supremo Revolucionário (CSR), o parlamento foi dissolvida, a constituição foi suspensa e os partidos políticos foram proibidos de atuar. A República da Somália foi renomeada de República Democrática da Somália. Cabe lembrar, que Said Barre apesar de assumir o poder, ele não foi o mentor do Golpe militar (LEWIS, 2008)

O novo líder declarou a Somália um Estado Socialista e anunciou a sua intenção de combater e abolir o tribalismo e o nepotismo, os principais obstáculos ao progresso e crescimento nos nove anos de governo civil democrático (MOHAMED, 2009:14, tradução nossa). Durante a comemoração do primeiro aniversário do Golpe, Siad Barre anunciou:

Em nossa Revolução acreditamos que nós quebramos a cadeia de uma economia de consumo com base nas importações, e nós somos livres para decidir o nosso destino. E, a fim de realizar os interesses do povo da Somália, sua conquista de uma vida melhor, o pleno desenvolvimento de suas potencialidades e do cumprimento de suas aspirações, nós declaramos solenemente Somália um Estado Socialista (METZ, 1992:87, tradução nossa)<sup>22</sup>.

O slogan oficial da nova Somália era: “tribalismo divide, Socialismo une”. Os Somalis foram proibidos de se referir uns aos outros em termos dos seus clãs, instruídos a abordar uns aos outros como *joale*, que significa “camarada” ou “amigo” (HARPER,2012:54, tradução nossa)<sup>23</sup>.

A primeira fase do governo do General Said Barre (1969-1974), estava concentrada na resolução dos problemas internos: desenvolvimento local e consolidação do regime (LEWIS, 2008). O novo Governo realizou uma série de mudanças positivas nos setores da educação, Saúde, agricultura, indústrias, além de criar infraestruturas de transporte e

---

<sup>22</sup> In our Revolution we believe that we have broken the chain of a consumer economy based on imports, and we are free to decide our destiny. And in order to realize the interests of the Somali people, their achievement of a better life, the full development of their potentialities and the fulfillment of their aspirations, we solemnly declare Somalia to be a Socialist State.

<sup>23</sup> One of the key slogans for the new Somalia was 'tribalism divides, unite socialism'. Somalis were forbidden to refer which other in terms of their clans, instructed instead to address one another as *joale*, which meant 'comrade' or 'friend'.

de comunicação, emancipação das mulheres (deu igualdade jurídica às mulheres), tentativa de sedentarização das populações nômades, irrigação e expansão da produção agrícola.

O Estado acabou assim assumindo o controle dos domínios chaves, nacionalizou vários setores da economia, entre os quais estão a nacionalização dos bancos, Companhia de Seguros, empresas distribuidora de petróleo, refino de açúcar e criou empresas nacionais de materiais de construção e de alimentos . O setor privado passou a ter uma atuação limitada dentro do país. Conforme Lewis:

A exportação de banana cultivada nas zonas ribeirinhas ao sul de Mogadíscio era controlada por órgãos estatais [,] não muito diferente do monopólio estabelecido pelos governos civis anteriores. Da mesma forma a produção de grãos foram controlados, os agricultores sendo autorizados a manter uma pequena quantidade de grãos para uso próprio e obrigado a vender o restante a preços fixos para a Cooperativa de Desenvolvimento Agrícola que o armazena e disponibilizado para a sua distribuição e venda ao público. Bens importados foram igualmente regulados pelas agências estatais. As principais indústrias locais, a fábrica de açúcar em Jowhar e fábrica de processamento de carne em Kismayo foram também controladas por empresas estatais<sup>24</sup>. (2008, p.41-42, tradução nossa, com adaptações).

Um dos feitos mais impressionantes do Governo Barre em nível reformas educacionais postas em curso foi a adoção de um alfabeto latino em 1972 para a língua Somali e o lançamento de uma vasta campanha de alfabetização em massa das populações urbanas e rurais (1972-1974) (LEWIS,2008:41) Nesse mesmo ano a língua Somali foi oficializada.

Há um consenso entre os estudos existentes que nos primeiros anos da revolução, até 1975, que o desempenho do regime militar foi positivo (ISTMAIL: 2010: 103). Dessa forma, nessa primeira fase o regime militar era apoiado pela maioria da população, pois os investimentos em curso, principalmente na economia traziam

---

<sup>24</sup> the export of banana crop grown in the riverine areas South of Mogadishu was controlled by a state agency not greatly different from the monopoly established by previous civilian governments. Similarly grain production was controlled , farmers being allowed to keep a small quantity of grain for their own use and obliged to sell the rest at fixed prices to the agricultural development corporation which store it and arranged for its distribution and sale to the public. Imported goods were similarly regulated through a state agency. The major local industries, the sugar factory at jowhar and meat processing plant at Kismayu, were likewise state enterprises.

prosperidade para uma parcela bem grande da população. Segundo Mohamed (2009), a aceitação popular do novo regime facilitou a implementação das reformas proposta pelo Governo militar .

Na segunda metade da década de 1970 inicia-se uma nova fase do regime militar, caracterizado pela expansão, enfraquecimento da economia, aumento da dívida externa e uma política externa “agressiva”. Lewis destaca ainda, que nesse mesmo período a Somália tornou o décimo nono membro da Liga Árabe e assinou um tratado de cooperação e amizade com a URSS (1974). No entanto, uma das características mais marcante dessa nova fase é o retorno do projeto Pan-Somali de criar uma “grande Somália” deixado de lado desde os finais da década de 1960 e o rompimento das relações com a URSS e conseqüentemente a aproximação com os EUA. Esses assuntos serão tratados no próximo tópico.

#### **e. A Grande Somália: Guerra do Ogaden (1977-1978)**

Como abordado ao longo desse capítulo, a região do Ogaden, hoje sob soberania da Etiópia foi o principal motivo de discórdia entre a Etiópia e a Somália desde os finais do século XIX, contudo, a guerra de 1977-78 era diferente e mais complexa de todos os confrontos anteriores envolvendo os dois países. Além de ser a primeira guerra interestatal ocorrido no continente Africano durante o período após segunda guerra mundial e ser uma guerra moderna que geraram pesadas conseqüências políticas, econômicas e sociais para Somália, a guerra Etiope-Somali estava inserido dentro da lógica dos conflitos da guerra fria envolvendo a disputa das duas superpotências (URSS e EUA) pelas áreas de influências. Pois, a posição geográfica estratégica dos dois países conferia-lhes grande relevância no contexto da guerra fria.

A Somália manteve relações estreitas com a URSS desde a revolução de 1969 e em 1974 foi assinado um tratado de cooperação e amizade entre os dois, onde os Soviéticos ofereciam equipamentos militares, assistência técnica e treinamentos para o exército Somali e em troca o país cedia parte do território para instalações de bases de apoio naval Soviética. Segundo Mohamed:

Numerosos sistema sofisticadas de armas russas foram oferecidas, incluindo caças MiG-21, tanques T-54, e sistema de defesas anti mísseis SAM-2. Em troca, os soviéticos foram autorizados a instalar uma base no porto de Berbera, perto do Mar Vermelho e do Oceano Índico. A partir desta

localização estratégica, poderiam conter movimento militar dos Estados Unidos no Oriente Médio e Norte da África e controlar o comércio ( 2009:15-6, tradução nossa)<sup>25</sup>

A Etiópia até a revolução de 1974 era o principal aliado dos Estados Unidos na região e continuou sendo até 1977, porém a partir de 1974 começou uma aproximação com a URSS e em 1977 o país rompeu as relações com os EUA e se tornou o maior aliado dos Soviéticos no chifre da África. Esse assunto será tratado com mais detalhes mais frente.

Depois de conduzir os problemas internos mais urgentes, Said Barre voltou a atenção para os problemas externos do país, particularmente com os seus vizinhos. O objetivo de reunir todos os territórios Somali sobre uma única bandeira “a grande Somália” foi o principal impulso da política externa de Barre na época.

Dessa forma, após a revolução Etíope em 1974 que derrubou o imperador Haile Selassié, Siad Barre aproveitando esse período de instabilidade interna no país vizinho aumentou significativamente o apoio aos grupos guerrilheiros nacionalista que lutavam pela autonomia da região do Ogaden, entre os quais o mais forte e bem organizado movimento de libertação, a *Western Somali Liberation Front* (WSLF) visando a desestabilização do novo regime.

Em julho de 1977 de certa forma encorajada pela Arábia Saudita, Egito, EUA e Sudão, a Somália invadiu a região do Ogaden com um efetivo aproximadamente de 35 mil soldados em apoio aos guerrilheiros da WSLF que contavam com 15 mil combatentes. Como nos lembra visentini:

Em 1977, acreditando que a Etiópia não teria condições de se defender devido à instabilidade política interna, a Somália decidiu tentar realizar o grande sonho (de certa forma, incentivado pelos britânicos na época da descolonização) de criar uma grande Somália, através da conquista do deserto de Ogaden (2012: 140)

---

<sup>25</sup> Numerous, sophisticated Russian weapon systems appeared, including MiG-21 jet fighters, T-54 tanks, and SAM-2 missile defense system. In return, the Soviets were allowed a base at the port of Berbara port, near the Red Sea and Indian Ocean. From this strategic location, they could counter United States military movement in the Middle East and North Africa and control trade.

A partir do momento da invasão do território Etíope pelas forças Somali, o conflito deixou de ser uma ação de guerrilha e assumiu o caráter de uma guerra convencional. Alguns meses antes da inclusão do conflito armado entre os dois aliados da URSS na região na época e logo no início da guerra, os Soviéticos tentaram mediar a agitação por meios pacíficos enviando conselheiros militares á região, entre eles Fidel Castro onde propuseram uma solução negociada ao conflito. A URSS propôs uma confederação entre os Estados do Chifre da África que formalmente se definiam como Socialista, Etiópia, Eritréia e a Somália. A proposta foi rejeitada por Said Barre e os assessores Soviéticos foram expulsos do país, porém Barre prometeu que nunca iria invadir a Etiópia (WEISS 1980, Visentini, 2010).

Em um primeiro momento, a ocupação foi bem-sucedida, as tropas Somalis e os combatentes da WSLF conseguiram vitórias significativas, chegaram a ocupar 90% do deserto do Ogaden, porém a decisão da URSS e os aliados de deixar de apoiar a Somália<sup>26</sup> e apoiar a Etiópia mudou o rumo da guerra. Mais de 16.000 soldados Cubanos foram enviados á Etiópia (...) ao mesmo tempo em que o fluxo de armamentos aumentou consideravelmente, a Etiópia conseguiu também, o treinamento de milícia com apoio norte-coreano (SCHENEIDER, 2010:100-1). De acordo com Kruys:

O apoio Soviético e Cubano foi fundamental para a vitória de Etiópia, seja pela cessão de helicópteros, tanques e armamentos em geral, seja pelo envio de conselheiros militares e tropas qualificadas- nesse caso, principalmente os Cubanos. Foi com esse apoio que o exército etíope foi capaz de proceder a uma tática de *vertical envelopment*, isto é, ao transportar os tanques via helicóptero até a retaguarda Somali, as tropas da Etiópia foram capazes de cercar as forças do exército inimigo, impossibilitando-lhe o recuo (KRUYSS, 2004:20-1 apud VISENTINI, 2012:141)

Como complementa Mohamed, O Exército Nacional da Somália perdeu a guerra, quando um completo bloco oriental (composta por Cuba, Alemanha Oriental,

---

<sup>26</sup> Em 13 de Novembro de 1977 ocorreu a ruptura formal da aliança entre Somália e URSS. Conforme Lewis todos os meios militares aéreos, navais e terrestre- incluindo as importantes base de comunicações e estação de manutenção de míssil submarino em Berbera foram retiradas- o tratado de amizade Somali-Soviético( cujo os termos foi violado pela Rússia ao fornecer armas para Etiópia) foi renunciado e 6 mil militares, civis e suas famílias receberam um ultimato para deixar o país em uma semana (Lewis, 1972, apud Valeriano, 2011, p.16-17)

Líbia, Iêmen do Sul e exército da União Soviética) uniram-se para a causa etíope<sup>27</sup> (2009: 15).

A Somália não só perdeu o apoio do seu maior fornecedor de armas até então, como se viu isolado na região, a maioria dos vizinhos apoiaram a Etiópia, nomeadamente o Quênia, país com a qual a Somália também possui disputa territorial á várias décadas. Durante o Conflito o Governo Queniano permitiu a Etiópia receber armas através do seu território e fechou o seu espaço aéreo para as aeronaves militares Somalis (METZ,1992). Barre estava à procura de novos fornecedores de armas - deu inicio a aproximação da Somália com os EUA e os seus aliados ocidentais.

É claro, [que] a Somália não estava condenado a flutuar no mar. Em um mundo polarizado um inimigo soviético era automaticamente amigo dos Estados Unidos. Aqui, Washington encontrou uma oportunidade de normalizar as relações com a Mogadíscio. Ele ofereceu equipamentos militares à Somália, a fim de contrabalançar o apoio soviético e cubano á Etiópia. Somália construído pela ajuda soviética se juntou ao campo ocidental em 1978, verificando assim, o velho ditado de que "não há amigos permanentes nem inimigos permanentes "(2009:15, tradução nossa)<sup>28</sup>.

Nesse sentido, a Somália passou a receber alem dos armamentos, ajuda financeira dos EUA e em troca os Estados Unidos receberam em 1980 a estratégica base naval construído pelos Soviéticos em Berbera.

Depois dessa derrota, em março de 1978, Barre ordenou a retirada das suas forças do Ogaden, porém a WLSF continuou com as suas ações de guerrilha na região. No entanto, os dois países só veio assinar o acordo de paz dez anos depois, em 1988. A causa desse conflito é meramente disputa territorial, pois a região não possui riquezas distinguíveis (desértica) nem mesmo valor estratégico.

Essa derrota sinalizou o enfraquecimento do regime e o declínio de apoio popular. As consequências políticas, econômicas e sociais da guerra do Ogaden, o aumento da

---

<sup>27</sup> De acordo com Weiss, o envolvimento de Moscou no conflito da Somália-Etiópia 1977 e 1978 culminou com o exercício mais impressionante da diplomacia político-militar soviético desde Angola ( 1980:01, tradução nossa).

<sup>28</sup> Of course, Somalia was not doomed to float out at sea. In a polarized world, a Soviet enemy was automatically the United States' friend. Here, Washington found an opportunity to normalize relations with Mogadishu. It offered military equipment to Somalia in order to counterbalance Soviet and Cuban support for Ethiopia. Somalia, built by Soviet aid, joined the Western camp in 1978, thus verifying the old cliché that there are "no permanent friends nor permanent enemies."

oposição ao regime Barre, como a aliança com os EUA serão tratados no próximo capítulo.

## **II- Queda do regime Barre e desintegração da Somália**

### **a. Início da Guerra Civil**

Após a humilhante derrota militar frente a um inimigo tradicional, a Somália entrou num espiral de crises de onde jamais se recuperou. Esta derrota marca o início de um longo processo que culminará no colapso do regime Barre em janeiro de 1991 e a desintegração total da Somália. Deste modo, a guerra do Ogaden é um episódio muito importante na história da Somália, pois não se trata apenas de uma derrota político-militar, mas também o fracasso de um projeto nacionalista Pan-Somali, o anseio de criar a “Grande Somália” foi simbolicamente derrotado e esse sim foi o responsável pela profunda crise política, militar e ideológica que se instalou no país.

Segundo Ismail (2009), as consequências foram desastrosas para o regime: primeiro, os cidadãos perderam a confiança no governo e tornou cada vez mais difícil obter apoio destes; segundo, a perda do seu maior aliado externa, pois de imediato os EUA não estavam preparados para ocupar o vácuo deixado pelos Soviéticos, inicialmente se reservaram a um relacionamento cuidadosa e limitada com o regime Barre; Por fim, o exército estava enfraquecido tanto tecnicamente como moralmente.

Outro problema ocasionado pela guerra foi o enorme fluxo de refugiados, a maioria pertencente à etnia Somali que atravessaram a fronteira norte do país em busca de refugio, o que veio agravar a já debilitada situação econômica do país provocada pela grande seca que devastou a região do chifre da África nesse período. Segundo Lewis, em dezembro de 1979 foi registrado nos campos aproximadamente 400 mil refugiados, um ano depois esse número dobrou, correspondendo o aumento de 30 vezes o número dos campos de refugiados. Além desses, fora dos campos estimava-se meio milhão de “refugiados invisíveis”, os que procuraram abrigo nas casas de parentes (2008:64).

Paralelamente, a Somália sofria os efeitos devastadores da década perdida caracterizado pela crise econômica internacional e reestruturação da economia capitalista mundial. O aumento das taxas de juros internacionais contribuiu para o aumento das dívidas externas do país. No final da década a dívida externa era de 1,9



bilhões de dólares, o que vale 360% do PIB, excluindo as dívidas congeladas por alguns países do leste Europeu (Ahmed & Green, 1999:116).

Na tentativa de reverter essa situação caótica e visando atrair a ajuda do Fundo Monetário Internacional (FMI), Barre abandonou formalmente o Socialismo em 1980. Contudo os resultados não foram o esperado, a política econômica não melhorou e o governo continuou a depender do planejamento central. (FORD et al, 2006). O país tornou extremamente dependente de ajuda externa de todos os tipos. Como nos lembra Mohamed (2009), o regime Barre sobreviveu aos anos 80 recebendo doações e empréstimos flexíveis do Banco Mundial e do FMI e ajuda alimentar através da USAID (Agência Americana para a Cooperação de Desenvolvimento Internacional) destinado aos campos de refugiados e deslocados internos. O FMI e o Banco Mundial impuseram reformas estruturantes ao país tais como, a desvalorização da moeda, corte no orçamento e subsídios estatais, privatizações etc.

Os anos subsequentes à guerra do Ogaden, Mogadíscio manteve estreitas relações com Washington, principalmente após a invasão do Afeganistão pela União Soviética e da Revolução Iraniana em 1979. O Pentágono elevou a Somália à categoria de “estratégica” para os interesses norte americano no Oriente Médio, honraria que, naquele momento, era compartilhada com apenas um Estado da União Africana, o Egito (Cohen, 2006, apud Fagundes, 2011:30). A nova importância atribuída à aliança garantiu a sobrevivência do Regime Barre durante os anos 1980 e em troca os Estados Unidos receberam a estratégica base naval construído pelos Soviéticos em Berbera.

O maior desafio de Said Barre, foi sem dúvida lidar com os dissidentes dentro do próprio governo. A liderança de Barre começou a ser contestado abertamente por dentro (JACQUIN, 2009). O exército, por exemplo, que era o pilar do regime mostrou sinais de agitação e indisciplina dentro do corpo dos oficiais. Deste modo, em abril de 1978, um mês após a retirada das forças Somali do território Etíope, um grupo de oficiais liderados pelos Coroneis Mahammad Shaykh Usmaan e Abdullahi Yusuf Ahmed<sup>29</sup>, abalados moralmente e frustrados pelos erros de cálculo e a maneira como a guerra foi conduzida, tentaram derrubar Said Barre do poder.

---

<sup>29</sup> Coronel Abdullahi Yusuf Ahmed era o comandante da divisão na região de Bale e Sidamo durante a guerra do Ogaden.

Esta tentativa frustrada de golpe foi violentamente reprimida pelo exército - dezenove mentores do golpe entre eles Usmaan foram executados publicamente, porém, alguns conseguiram fugir para a Etiópia entre eles o Coronel Yusuf de onde juntamente com outros oficiais fundaram o primeiro grupo de oposição ao regime Barre inicialmente chamado de *Somali Salvation Front* e mais tarde de *Somali Salvation Democratic Front* (SSDF). Esse grupo passou a conduzir ações de guerrilhas através do território Etíope apoiado pelo regime Mengistu, visando a desestabilização do regime barre. A maioria desses oficiais pertenciam ao sub-clã Majerteen (Darod) e todos os membros desse clã foram responsabilizado pelo ato e passaram a sofrer represálias e punição coletiva tanto militar como econômica por parte do regime.

Após essa tentativa fracassada de golpe Barre passou a apoiar no sectarismo Clânico, adotando medidas cada vez mais autoritárias e agressivas para se manter no poder. Como afirma Ferreira (2005), o regime Barre favoreceu especialmente a população do sul do país, nomeadamente os clãs Darod da qual o próprio presidente fazia parte, excluindo não só o clã Majerteen como todos os outros grandes clãs, nomeadamente os Hawiye (região do Mogadíscio) e os Isaq do norte<sup>30</sup>.

Por pressão dos países Ocidentais, particularmente dos EUA, em 1979 foi constituído a Assembleia Nacional, aprovaram uma nova constituição e foram realizadas as primeiras eleições desde 1969. Apesar de a nova constituição garantir o direito civil de todos os cidadãos, pouca coisa mudou, o poder continuou concentrado no CSR, pois essa foi apenas uma estratégica política-diplomática de Barre para continuar recebendo assistência econômica e militar externas.

Diante dessa negligência começaram a surgir vários outros grupos armados opositores ao governo, defendendo os interesses dos seus respectivos clãs e não só. É neste contexto, que em 1981 os emigrantes dissidentes do clã Isaq exilados na Grã-Bretanha fundaram a *Somali National Movement* (SNM), que também passaram atuar a partir do território Etíope e apoiado pelo regime Mengistu. Vale ressaltar que apesar dos grupos opositores (SSDF e SNM) ao regime possuírem bases em determinados Clãs,

---

<sup>30</sup> Said Barre confiava particularmente em três clãs, todos parte do grande clã Darod: os Marehan, da parte do seu pai, os Ogadeen, da parte da sua mãe, e o do norte, Dolbahante. O sistema de clientelismo ficou então com a alcunha de MOD (Marehan-Ogaden-Dolbahanter) (FERREIRA:16)

elas não defendiam apenas o interesse desses Clãs. A SNM, por exemplo, atraiu a simpatia do Clã Hawyie. Conforme Lewis:

A oposição armada contra Said estava se espalhando e assumindo um caráter nacional que transcende as divisões clânicas. Mas, ao mesmo tempo, apesar dos seus objetivos comuns – depor Said Barre – as bases predominantes Darod e Isaq, respectivamente, SSDF e SNM somado as outras dificuldades logísticas, impedindo-os de realizar as causas comuns e enfraquecendo o impacto geral da sua rebelião (2008:68, Tradução nossa)<sup>31</sup>

Como resposta ao apoio fornecido por Mengistu aos grupos insurgentes Somali, Said Barre passou a apoiar os principais grupos insurgentes que lutava contra esse regime: a Western Somali Liberation Front (WSLF), Eretrean People's Liberation Front (EPLF), Tigray People Liberation Front (TPLF) e Oromo Liberation Front (OLF).

Em Fevereiro de 1988 durante um encontro no Djibuti, Said Barre e o líder Etíope Mengistu Haile Miriam iniciaram as conversações sobre o reatamento das relações diplomáticas. Em abril do mesmo ano em Mogadíscio os dois países finalmente assinaram o acordo de paz e normalizaram as relações diplomáticas, pois ambos os países estavam passando por graves problemas econômicos e instabilidade interna. Foram assinados acordos de não agressão e não interferência, comprometendo-se em acabar com os apoios mútuos aos respectivos movimentos de oposição, assim como troca de prisioneiros e retirada mutua das tropas das fronteiras.

Said barre acreditava que o fim do apoio Etíope aos grupos insurgentes enfraqueceria as suas capacidades de resistência e conseqüentemente esses deporiam as suas armas e o regime se estabilizava. Muito pelo contrário, aumentaram a oposição contra o regime, principalmente no norte do país de onde a SNM passaram a atuar com um forte apoio da população civil, lançando ofensivas contra as principais cidades da região. De acordo com Lewis:

Tomando o conhecimento desta détente e o medo de suas conseqüências, a SNM desencadeou audacioso ataques contra instalações militares no norte da

---

<sup>31</sup> Armed opposition to sayid was spreading and assuming a national character transcending clan divisions. But, at the same time, despite their common objective - the overthrow of Sayid Barre - the predominantly Darod and Isaq bases, respectively, of the SSDF and SNM added to their other logistical difficulties, preventing them from making common cause, and weakened the overall impact of their rebellion.

Somália, o que levou rapidamente à guerra civil total *entre* 1988-91 *entre* o regime e membros do clã Isaq na somalilândia (2008:71, tradução nossa)<sup>32</sup>

Barre retaliou, iniciando uma campanha de *counter* insurgência com ataques aéreos e terrestres sem reserva à população civil nas principais cidades do norte núcleo da resistência. Esses ataques foram condenados por vários grupos de direito humano e o próprio governo norte-americano suspendeu toda a assistência militar ao país (ELMI, 2010:20). O custo sociais e humanos foi terrível: além das principais cidades foram destruídas, milhares de civis foram mortos e feridos e pelo menos meio milhão fugiram das suas casas em busca refugio nas fronteiras com a Etiópia e com a República do Djibuti. No entanto, os refugiados do sexo masculino pertencentes ao clã Ogaden, no norte da Somália, que havia sido objeto de recrutamento ilegal para as forças armadas de Said, foram forçados a participar de uma milícia paramilitar para lutar contra o SNM e assumir os postos de controle nas estradas (Colletta & Cullen, 2000:59<sup>33</sup>, Lewis, 2008:71)

Esses eventos marcaram o início da guerra civil na medida em que os grupos opositores ao governo cresciam rapidamente, a maioria de base clânica alastrando rapidamente por todo o país. Em 1989 o General Mohamed Farah Aidid, então embaixador da Somália na Índia criou em Roma o *United Somali Congress* (USC) apoiado pelo clã Hawiye, esse se transformou um dos principais movimentos opositores ao regime. Nesse mesmo ano, os clãs Ogaden considerados apoiantes do regime, temendo a sua destruição junto com o regime criaram a *Somali Patriotic Movement*, liderado pelo coronel Aden Abdullahi Nur Gabyow, então ministro de defesa do regime Barre, passou a lutar contra as forças de Barre.

Em 1989, o país encontrava-se dividida em quatro principais regiões com guerrilhas lutando contra as forças do governo: a SNM no norte, a SSDF no nordeste, o USC no centro e o SPM no sul. Deste modo, o fim da guerra fria e consequente enfraquecimento do regime vão levar esses grupos insurgentes a controlar a totalidade dessas regiões e marchar em direção à capital Mogadíscio. Esse assunto será retomado na próxima sessão.

---

<sup>32</sup> Knowledge of this détente, and fear of its consequences, triggered the SNM's audacious onslaught on military installations in Northern Somalia, which quickly led to the all-out civil war in 1988-91 between the regime and somaliland's Isaq clansmen.

<sup>33</sup> Apud Fagundes, 2011:32

## b. Fim da guerra fria e o Colapso do Governo Central

Como abordado, durante o período da guerra fria, particularmente após a revolução de 1969, a Somália recebeu vultosa quantidade de ajuda financeira e militar, primeiro do bloco Socialista até 1977 e depois do bloco capitalista até o final da guerra fria.

Nos anos setenta e oitenta, quando a Guerra Fria estava no seu auge éramos o queridinho do Oriente e do Ocidente, cujo charme e beleza têm sido cobiçados por outras nações do mundo. Trocamos entre as superpotências para provar a nossa importância e o papel na estabilidade da região, gerando enorme quantidade de apoio militar e financeiro (MOHAMED, 2011, tradução nossa)<sup>34</sup>

A Somália foi um dos estados mais militarizado na África e um dos maiores receptores da ajuda militar dos EUA e da União Soviética durante a Guerra Fria (Ahmed & Green, 1999). De acordo com Metz (1992), durante a década de 1960, a União Soviética proveu a Somália um número substancial de tanques T-34, veículos blindados, aviões MiG-15 e MiG-17, armas leves e munições. Aproximadamente 300 conselheiros militares soviéticos foram enviados à Somália para treinar o exército e cerca de 500 pilotos somalis e técnicos receberam treinamento na União Soviética (1992:164).

Ainda segundo o autor, depois da assinatura do tratado de cooperação e amizade com Moscou, a Somália recebeu sistemas de armas sofisticados, incluindo caças MiG-21, tanques T-54, sistema de defesa antimísseis- SAM-2, torpedos modernos e mísseis de ataque. Os Conselheiros militares soviéticos aumentaram em número para cerca de 1500, além de 50 cubanos. A URSS também treinou e organizou o aparato de inteligência do exército somali e da *National Security Service* (NSS). Nesse mesmo período o país recebeu assistência militar de vários países do oriente médio: Egito, Arábia Saudita, Irã, Iraque e Jordânia.

Depois do rompimento das relações com a URSS em 1977, os EUA passaram a fornecer assistência militar e econômica à Somália. Durante a década de 1980,

---

<sup>34</sup> In the seventies and eighties when the cold war was at its peak we were the darling of the East and the West whose charm and beauty have been coveted by other nations of the world. We traded between the superpowers to prove our importance and role in the stability of the region thus generating tremendous amount of military and financial support.

Mogadíscio recebeu de Washington vários equipamentos militares, incluindo radares TPS-43 de longo alcance para defesa aérea, M-167, armas antitanques, armas pequenas, munições e peças de reposição e treinamento, etc (METZ:1992:125). Nesse mesmo período o país recebeu vultosa ajuda econômica, segundo Patriota:

Durante a década de 80 Washington transferiu o equivalente a 500 milhões de dólares em assistência militar à Somália, além de haver prestado outras formas de auxílio econômico ao Governo Barre, juntamente com o governo Italiano, que não se materializaram evidentemente em projetos benéficos para a população como um todo (1998).

Esses apoios foram fundamentais para a sobrevivência do regime durante a década de 1980, pois a modernização do exército Somali permitiu ao regime resistir às insurgências armadas. Como afirma Mohamed (2009), Barre e suas armas americanas sofisticadas reagiram enfaticamente esmagando o movimento SNM. Contudo, no final da década com as mudanças importantes que ocorreram no sistema internacional resultante do fim do mundo bipolar, tudo se tornou mais difícil para Said Barre.

Em 1988, após uma investigação iniciada pelo Congresso Americano sobre a violação dos direitos humanos na Somália, particularmente a violenta repressão aos movimentos opositores no norte do país, levou os Estados Unidos a suspender toda ajuda militar ao país (JACQUIN, 1999: 224). Um ano depois o surpreendente fim da guerra fria levou a perda da importância da Somália para os interesses dos EUA na região. Deste modo, a administração Bush suspendeu toda a ajuda financeira ao regime de Said Barre, atitude seguida por outros Estados e organizações internacionais deixando o regime sem pernas para andar num momento em que o país estava à beira de uma guerra civil (MOHAMED, 2009:16)

Depois de ter perdido todo o apoio do seu maior aliado externo até então e internamente a oposição armada ao regime não só crescia como estava se tornando cada vez mais forte conquistando gradualmente importantes cidades no norte e no sul do país, o regime estava condenado ao seu fim, era só uma questão de tempo. Apesar do enfraquecimento do regime, os confrontos entre as forças do governo e os grupos opositores persistiram por todo o país, por pelo menos três anos.

Em 1990 quase a totalidade do território estava nas mãos dos insurgentes, como afirma Ferreira (2001), *em 1990 o governo controlava apenas 10-15% do território*, isto

é, nada além da capital. Said Barre foi perdendo lentamente o controle sobre as forças armadas e em pouco tempo o monopólio do uso da força já não estava nas mãos do governo.

Em Setembro do mesmo ano durante um encontro na Etiópia, os líderes dos três maiores grupos insurgentes (USC, SNM e SPM) acordaram em coordenar as suas estratégias para depor Barre. Dessa forma, percebendo a vulnerabilidade do regime, as forças rebeldes sob o comando da USC, liderada por Mohamed Farah Aidid invadiram a capital Mogadíscio no início de janeiro de 1991 (MOHAMED, 2009:18). Depois de duas semanas de intenso confronto entre USC e as tropas governamentais, Said Barre perseguido pelas forças do General Aidid fugiu da capital em 26 de janeiro de 1991 em direção ao sul do país para a região de Garbahaarey colocando o fim de um longo período de regime militar.

A deposição de Said Barre não trouxe estabilidade à Somália, muito pelo contrário, a região sul e central do país incluindo a capital Mogadíscio transformou num violento campo de batalha com diversos grupos extremamente armados lutando entre si visando o controle de territórios e busca pelo poder. Isto porque nenhum movimento ou coalizão foi capaz de se firmar como poder nacional legítimo, pois nenhum grupo era poderoso o suficiente para dominar os outros. Após 1991 a Somália passou a viver literalmente no estado de natureza Hobbesiano, “a luta de todos contra todos”. A anarquia, violência e a pobreza forçaram milhões de Somalis a procurar refúgio nos países vizinhos e no exterior.

O vácuo de poder deixado após a queda do Barre, foi preenchido de diferentes formas nas diversas regiões do país. A falta de uma autoridade central que visse a situação somali de uma maneira *macro* levou a uma espécie de isolamento regional de cada área do território, com o agravante de que apenas nas regiões centro-norte e nordeste os conflitos clânicos puderam ser contornados (SILVA, 2003: 47). Na região centro-sul do país entrou em colapso, com mais de uma dezena de clãs/*warlords* lutando entre si visando controlar uma parcela do território ou recursos. Nenhum grupo em conflito conseguiu exercer o controle de fato. A região norte do país, (ex Somália Britânica) seguiu o caminho inverso, em 18 de Maio de 1991 a SNM declarou unilateralmente a independência da região que passaria a chamar República de

Somalilândia estabelecendo a capital em Hargeysa, porém até hoje não foi reconhecido por nenhum país. Esse assunto será retomado na próxima secção.

Perante esse período de caos que seguiu ao colapso do regime barre, um dos líderes da USC, Ali Mahdi Mohamed, com o apoio de alguns membros da facção, se autoproclamou presidente interino do país rompendo com o acordo assinado entre as três principais facções (USC, SNM e SPM) em outubro de 1990, no qual se comprometiam a não negociar com o regime e a não empreender qualquer ação para criar uma nova liderança política sem se consultarem mutuamente (FERREIA, 2001:17). Essa atitude de Ali Mahdi foi contestada pela SNM e SPM, porém a crise mais grave ocorreu dentro do próprio USC entre Ali Mahdi e o General Mohamed Farah Aidid que se apôs ao ato. Esses dois generais seriam a figura central na guerra civil da Somália.

Deste modo, a USC desintegrou-se em duas organizações distintas e rivais, uma liderada por Ali Mahdi apoiada pelo sub-clã Abgal e a outra liderada pelo General Aidid apoiado pelo sub-clã Habir Gibir. Vale frisar que ambos os sub-clãs pertencem ao grande clã Hawiye. A capital Mogadíscio foi dividida em duas áreas distintas: norte passou a ser controlado por Ali Mahdi, enquanto que a região sul era controlada pelo general Aidid, incluindo o porto e o aeroporto de Mogadíscio (SILVA, 2003:47). Os dois grupos passaram a lutar entre si visando o controle total da capital levando o país a uma guerra total. *A briga dos dois homens tornou-se um problema de todos* (MOHAMED, 2009:19)

Os beligerantes utilizaram artilharia pesada nas ruas de Mogadíscio, sem qualquer reserva relativamente à população civil, aos prisioneiros de guerra ou ao pessoal médico. Registraram-se pelo menos 14.000 mortes, sem que, três meses depois, se verificasse vantagem de qualquer uma das partes beligerantes, encontrando-se a cidade dividida entre uma zona norte, controlada por Ali-Mahdi, e uma zona sul, sob controle do General Aidid e seus aliados (FERREIRA,2001:17). Estima-se que em 1992 nos arredores de Mogadíscio existia 30 mil homens (a grande maioria adolescentes) armados, a maioria eram apoiadores do Ali-Mahdi, contudo os apoiadores do General Aidid possuíam maior poder de fogo (African Watch, 1992).

O colapso de um Estado com uma das maiores forças militares da África, deixou a Somália inundado de pequenas armas, munições e artilharia pesadas. Como afirma



Harper (2012), as *milícias clônicas estavam lutando com todos os tipos de armas: metralhadoras, rifles, armas antiaéreas montados em Land Cruisers e foguetes Katyush*. No entanto, a arma que desempenhou o papel central nos campos de batalha na Somália foi o fuzil de fabricação Soviética *Avtomat Kalashnikov* (popularmente conhecido por AK-47). Dada a sua tecnologia simples quase não requeriam treinamento e poderiam ser facilmente manuseados por civis e até por crianças, além de possuir a fama de nunca emperrar e de ser resistente a qualquer tipo de condições climáticas. Mas o fato mais impressionante dessa arma é que após o fim da guerra fria era facilmente encontrado no mercado negro por um preço muito baixo (KAHANER, 2011).

A Guerra Fria deixou em todo o mundo um enorme suprimento de armas pequenas, mas muito potentes, e outros instrumentos de destruição para usos não governamentais, que podem ser facilmente adquiridos com os recursos financeiros disponíveis no gigantesco e incontrolável setor paralegal da economia capitalista global, em expansão fantástica eão (HOBBSAWN, 2007:87)

Por outro lado, algumas semanas após a sua deposição, Said Barre começou a reagrupar suas forças e juntamente com os remanescentes do exército Somália fundaram a *Somali National Front* (SNF), com o objetivo de recapturar a capital Mogadíscio e restabelecer o regime. Assim, em Março de 1992 a SNF, liderada pelo General Mohamed Said Hersi Morgan organizou uma ofensiva no norte do país avançando rumo a capital, onde chegaram em abril com o intuito de recuperar a capital. Segundo Ferreira, esse fato obrigou a um realinhamento de alianças, uma vez que levaram os dois líderes da USC a uma reconciliação forçada para enfrentar a nova ameaça, ainda que temporariamente (2001:18). As forças pro-barre foram rapidamente derrotadas pela coalizão.

Após esta vitória, o General Aidid formou uma federação no quadro da sua facção do USC, denominada *Somali National Alliance* (SNA) englobando diversos movimentos, como o SPM de Omar Jess, o *Southern Somali National Movement* (SSNM), o *Somali Democratic Movement* (SDM), a *Somali African Muki Organization* (SAMO) e a *Somali National Union* (SNU).

A área que ficou mais conhecida pela mídia internacional constituía um triângulo entre as cidades de Mogadíscio, Kismayo (mais ao sul) e Belet Weyn (ao norte da capital). Nela se desenvolveram dois níveis distintos de violência: clãs e subclãs organizados em milícias lutando uns contra os outros na tentativa de controlar as áreas

mais férteis e ricas em recursos naturais (como a região entre os rios Juba e Shabelle); e as práticas exclusivas de roubo, pilhagem e intimidação exercidas por adolescentes e jovens armados, sem vínculos clânicos, conhecidos como *mooryaan*<sup>35</sup> (SILVA, 2003: 48).

Após 1991 a República Democrática da Somália passou a ser conhecido pelo acrônimo de “Estado Falido”<sup>36</sup>, já que o país já não possuía estrutura típica de um Estado, não conseguiu prover as funções mínimas de um Estado, prover bens públicos, segurança, lei e ordem, gerenciamento macroeconômico, Saúde pública, etc.

---

<sup>35</sup> *Mooryaan* pode ser simplesmente chamado “fora da lei”, eles não são motivados pela política, religião ou tribos, eles agem em seus próprios interesses, fazem qualquer coisa para sobreviver. Eles são piratas da terra, cometendo crimes tais como roubo, estupro assassinato, etc.

<sup>36</sup> Por Estado falido entenderia exclusivamente a Estados que não podem ou não irão salvaguardar domesticamente condições civis mínimas, como a paz, ordem, segurança, etc. (JACKSON, 1998:2, tradução nossa).

**Quadro 1:** Principais grupos armados na Somália antes e após colapso do governo central em 1991

Nome	Clã/Subclã	Líder	Apoiado por	Fundação
<b>Somali Salvation Democratic Front (SSDF)</b>	Marjeteen	Abdullahi Yusuf Ahmed	Etiópia e Líbia durante os anos 1980	1978
<b>Somali National Movement (SNM)</b>	Isaq	Exilados Somali na Grã-Bretanha	Etiópia durante os anos 1980	1981
<b>United Somali Congress (USC)</b>	Hawyie	Mohamed Farah Aidid/ Ali Mahdi Mohamed		1988
<b>Somali Patriotic Movement (SPM)</b>	Ogaden	Aden Abdullahi Nur Gabyow,	Tropas Belgas?	1989
<b>Somali National Front (SNF)</b>	Darod/Marehan	Said Barre		1991
<b>Somali National Alliance (SNA)</b>	Hawyie	Mohamed Farah Aidid	Rússia? Irã? Líbia? Eritreia pós 1999	1992
<b>Somali African Muki Organization (SAMO)</b>	Minorias Bantu	Mohamed Ramadan Arbow		1993
<b>Somali National Union (SNU)</b>	Reer Hamar (Minorias árabes)	Mohamed Ragis Mohmed		1960
<b>Somali Democratic Alliance (SDA)</b>	Maheran Rahanweyn	Mohamed Farah Abdullahi		1991
<b>Somali Democratic Movement (SDM) depois de 1995 chamado de Rahanweyn Resistance Army (RRA)</b>	Rahanweyn	Abdulkadir Mohamed Adan/ Hasan Muhammad Nur Shatigadud	Etiópia depois de 1990	1989

Fontes: Lewis 2008; Elmi, 2010; Harper 2012, Metz, 1992; Istmail, 2009; Elaboração própria.

A queda do regime Barre e a fragmentação da Somália em diversas zonas de influências não causou nenhuma reação da comunidade internacional ou dos antigos aliados. A Somália, no entanto, não foi uma exceção, o continente Africano como um todo foi marginalizada no período pós-guerra fria. Conforme Visentini:

O fim da guerra fria, ainda que tenha trazido benefícios à África como o encerramento de guerras convencionais, representou certa marginalização do continente, enquanto a globalização se tornava o vetor das relações internacionais (...) epidemias, miséria e brutais conflitos identitários desenvolveram-se enquanto a atenção do mundo concentrava-se da abertura do leste europeu, na democratização da América Latina, na expansão da União Europeia e no desenvolvimento Asiático (2010:155).

O colapso do governo central na Somália, no entanto, não pode ser visto como ocorrência isolada. Ele é resultado de um processo que ocorreu por todo o globo, particularmente por todo continente Africano no final da década de 1980, consequência do fim da guerra fria e término do apoio das superpotências que levou o colapso de muitos governos militares tradicionais. A própria Etiópia, inimigo tradicional da Somália passou por um processo semelhante em 1991 com a deposição do presidente Mengistu Haile Miriam, contudo o destino do país vizinho foi completamente diferente, esse conseguiu restabelecer o governo central num curto período de tempo. O que há de *sui generis* no caso da Somália é a não reconstrução do Estado após a deposição do então presidente e fragmentação do país em diversas zonas controlada pelos *Warlords*. Dessa forma, tendo em vista o objetivo central deste trabalho, tentaremos apontar algumas causas que estão na origem da desintegração da Somália e que fatores impedem o país de se recompor.

Buscar as causas do colapso do governo central e da desintegração do país exclusivamente na estrutura política e social da sociedade Somali limita a análise e a compreensão dos fatos, na medida em que elementos estruturais importantes estão sendo encobertos, já que, os clãs não estão lutando entre si por causas das suas diferenças - um pequeno grupo está lutando para alcançar outros objetivos usando a identidade clânica como instrumento de mobilização. Ou seja, o conflito na Somália não é uma mera disputa de clãs por posto de poder, existem interesses econômicos e políticos atrás dessa luta e geralmente são interesses de um pequeno grupo.

Deste modo, o colapso do Estado na Somália é a consequência de combinação de vários elementos que engloba acontecimentos interno e externo: Externamente, o fim da

guerra fria e a suspensão das ajudas econômico-militar que enfraqueceu o regime barre e favoreceu os grupos insurgentes; a derrota do projeto nacionalista Pan-Somali na guerra do Ogaden que levou o fim do apoio popular ao regime; Internamente podemos destacar a política de favorecimento de um determinado clã em detrimento dos outros; o regime opressivo que utilizava de todos os meios sem reserva a população civil para se manter como a autoridade nacional. Tendo como base a análise até então desenvolvida, torna perceptível que as causas do colapso do governo central na Somália ela são múltiplas e não podem ser analisados separadamente, pois algumas são causas e outras consequências.

Em relação às causas que levaram a desintegração do país após 1991 podemos destacar a divisão interna dentro de uma das facções mais poderosa, a USC, responsável direta na deposição de Barre, enfraqueceu a liderança desse grupo que seria o responsável mais plausível para a restauração das instituições estatais na Somália. Portanto, o vácuo do poder não foi preenchido por nenhuma facção dada a rivalidade entre os grupos e a semelhança das forças, isto é, nenhum grupo era o poderoso suficiente para dominar os outros – o que levou a um impasse, onde nenhuma facção consegue exercer o controle de fato para manter o monopólio do uso da força. E por fim, as diferentes facções não possuíam uma agenda prévia a ser aplicado quando o principal objetivo fosse alcançado. Caiu o Governo e agora? Esses assuntos será retomado na conclusão.

### **c. Consequências do colapso do Sul do país**

A luta interna e desenfreada pelo poder provocou um dos piores desastres humanitários já vista pela comunidade internacional até então. Imagens do povo Somali humilhado, famintas, entre á caos, violência e miséria, crianças desnutrida morrendo de fome foram transmitidas quase que em tempo real para todo o globo através da rede de televisão norte-americana CNN. Estima-se que nos primeiros meses do conflito aproximadamente 30 mil pessoas foram mortas (African Watch, 1992). O aumento de fluxos de refugiados e deslocados internos tem preocupado os países vizinhos nos últimos anos. Além disso, a anarquia no sul levou algumas regiões a autoproclamar independência (Somalilândia e Puntlândia) durante a década de 1990.

Outra consequência que também está em parte diretamente ligado ao colapso do governo central e que se intensificou nos últimos anos é fenômeno da pirataria marítima

na costa da Somália, onde navios industriais e tripulações em trânsito nas águas Somálias ou internacionais são alvos de sequestrados (ou tentativa) exigindo resgates milionários. Segundo Fagundes (2011), o colapso do Estado central abriu espaço para a exploração da zona econômica exclusiva Somali por navios pesqueiros estrangeiros e para o despejo de material tóxico. A pesca predatória estrangeira (principalmente Europeia e Asiática) e o conseqüente colapso da pesca artesanal na costa somali, é frequentemente mencionado como uma das motivações para a pirataria. Mas, embora a necessidade de subsistência possa ter contribuído para atrair os antigos pescadores à pirataria, a profissionalização da atividade não pode ser dissociada dos lucros extraordinários auferidos por meio de pagamento milionários de resgate da tripulação e dos navios.

Segundo o levantamento da revista Times, a pirataria levou a um aumento de 10 vezes no valor pago pelo seguro dos navios que atravessam o Golfo de Áden entre o início da década de 1990 e 2008 (Middleton, 2008). Os custos das operações navais de combate à pirataria são elevadíssimos, isto é, os prejuízos da pirataria na costa da Somália na economia mundial chegam a 7 (sete) bilhões de dólares, 80% das perdas são relativas aos ataques contra navios industriais e 20% se referem às operações governamentais de prevenção e combate à ação dos piratas (One Earth Future, 2010, tradução nossa). Além disso, estima-se em 80 milhões de dólares por ano os lucros da pirataria, o que é considerável se comparar com as receitas do governo Somali, que não deve exceder três ou quatro milhões de dólares por mês (SARAIVA & JOANA, 2011: 88).

Diante dessa crise de navegação marítima no Chifre da África, em 2008 o CSNU autorizou o patrulhamento internacional das águas territoriais Somalis, requisitado pelo TFG. A partir desse período, diversos Estados e organismos regionais têm conduzido operações navais de combate a pirataria nessa região do continente Africano. A União Europeia, por exemplo, criou uma força conjunta para o patrulhamento do mar territorial da Somália, Golfo de Áden e áreas circunvizinhas, denominado de *Operação Atlanta* sob comando da Força Naval da União Europeia (Eunavfor). Além dessa operação da UE, nesse mesmo período entrou em funcionamento a *Operation Ocean Shield* da OTAN e a CTF-51 que compreende uma coligação de 25 países sob o comando norte americano sediada no Bahren e conta com contribuições individuais de países que destacaram meios navais próprios sob o comando nacional, como a China, Japão, Índia, Irã, Rússia e Arábia Saudita (DIAS, 2011: 72).

No entanto, a pirataria na costa da Somália não pode ser visto como mera desordem no mar desencadeada por bandos armados formados por um conjunto de pescadores desempregados em busca de um meio de subsistência. Muito pelo contrário, ela é uma organização criminosa sofisticada, uma vez que essas operações de ataques requer um certo grau investimento de capital para compra equipamentos essenciais (barcos, combustíveis, equipamentos de comunicação, armas e munições) para a abordagem dos navios no alto mar, além de exigir qualificações técnicas de certos homens para conduzir as negociações de resgate com os armadores e companhias de seguros. Uma parcela do lucro auferida dessa lucrativa atividade ilícita é aplicada em investimento imobiliário (lavagem de capital) no norte do Quênia.

Apesar dos esforços da comunidade internacional, os resultados alcançados até o momento foram modestos, se comparados com as expectativas, já que o número de ataques aos navios em trânsito na região ainda é bastante elevado. Neste sentido, uma das lacunas dessas operações navais de combate á pirataria no largo da Somália em curso atualmente, é a falta de articulação com a operação terrestre de apoio á paz que ocorrem dentro do país, isto é, não existe nenhum vinculo de subordinação ou relação de apoio com a operação *Peacekeeping* estabelecida no solo Somali. Apesar de haver pouca relação entre os piratas e os grupos insurgentes que disputam o território na Somália. Dada a localização estratégica do país e os perigos que esse fenômeno coloca para a navegação mundial, esse problema demanda esforço mais ativo da comunidade internacional no combate á atividade ilícita nessa região.

## I. Secessão de territórios

### I-Somalilândia

Enquanto a região central e sul estavam mergulhados em caos, violência e desastre humanitária, o norte do país seguiu o caminho inverso. Três meses após o colapso do governo central, os clãs Isaq que dominam a SNM declararam unilateralmente a independência da região e a nova nação passaria a se chamar República da Somalilândia com a capital em Hargeysa, assumindo as fronteiras da ex-Somalilândia Britânica<sup>37</sup>, Abdurahman Ahmed Ali Tuur então presidente da SNM foi nomeado presidente interino do país e foi formado um governo provisório. No entanto, até o presente momento nenhum país reconheceu a independência da República da Somalilândia. É importante lembrar que a independência embora considerada uma opção pela SNM ela não era prioridade.

Os primeiros meses foram bastante conturbados para a nova Republica, pois a região não estava imune ao banditismo, às milícias independentes e aos *Warlords*. Como nos lembra Lewis (2008), a construção de um governo efetivo não aconteceu de noite para dia. Em outubro de 1991, por exemplo, irrompeu uma rebelião armada considerada a primeira guerra civil da Somalilândia, orquestrada pelas milícias ligada à unidade militar da SNM. Os motivos ainda não estão muito claro, mas a alegação é que o governo recém-criado estava beneficiando os subclãs Habr Garhadjis ao qual o próprio presidente interino pertencia. No entanto, o fato das facções lutarem pelo controle do aeroporto de Hargeysa e do porto de Berbera<sup>38</sup>, os quais representam as rotas vitais para o comércio, também pode indicar as motivações econômicas por trás da guerra ( Jacquin, 2009:238).

Dois anos após a declaração da independência foi realizado uma conferência para a reconciliação nacional, que ficou conhecida de conferência de Borama. Durante quatro meses foram debatidos questões chaves, permitindo que o consenso nacional a ser

---

<sup>37</sup> Ver a figura 2

<sup>38</sup> O grupo estabeleceu-se como uma autoridade independente, exigindo taxas de entrada e de desembarque de voos que chegam a capital, ocasionalmente, atirando em aviões que transgrediu as seus "regulamentos" (...) O grupo resistiu a qualquer tentativa por parte do governo Tuur (que não se esforçam muito) para impor qualquer grau de disciplina e responsabilidade na gestão dos aeroportos (Bryden, 1994, apud Jacquin, 2009: 238, tradução nossa com adaptações).



desenvolvido lentamente pelo comitê nacional (*gurti*) de 150 Anciãos delegados para votar. Estima-se que mais de 2 mil pessoas participaram da conferência (Lewis 2008).

O novo governo foi formado e Mohamed Haji Ibrahim Egal, ex primeiro ministro no governo civil (1967-69) foi eleito o presidente da República, foi instituído uma Assembleia bicameral, composto por um Conselho de representantes e um conselho de Anciãos, um conselho de ministros e um judiciário e foi aprovada a primeira constituição do país. Foi adotado um sistema de governo (sistema *Beel*) que integra instituições tradicionais e ocidentais. Isto é, o sistema político da somalilândia conseguiu estabelecer uma relativa harmonia entre os clãs, mesclando elementos de democracia moderna com os tradicionais conselhos de anciãos. O Islamismo foi decretado a religião do Estado. O combate às milícias, o desarmamento, o desenvolvimento econômico e a busca pelo reconhecimento da nação pela comunidade internacional foram eleitos como as prioridades do novo governo.

Os representantes da Somalilândia participaram em algumas conferências de reconciliação nacional realizado sob auspício da ONU e das organizações regionais, porém não mostraram interesses em unir ao restante do país. Esses viam com certa desconfiança o projeto da ONU de criar um Estado Federal na Somália.

Segundo Jacquin (1999), além da experiência colonial, dois fatores contribuíram para que a Somalilândia mantivesse o seu status de Estado independente: a percepção e/ou realidade de discriminação do sul e da experiência de repressão do regime barre na década de 1980. Por causa da relutância da comunidade internacional em reconhecer a sua secessão, Somalilândia não se beneficiou como a região sul de ajuda internacional.

A República da Somalilândia constitui no que Robert Jackson definiu como quase - Estado<sup>39</sup>, pois esse possui os atributos interna de soberania tais como: um governo eleito democraticamente, uma força policial, hino nacional, economia relativamente estável, uma moeda e passaporte própria, porém não possui soberania jurídica conferida através do reconhecimento internacional.

Apesar de não existir para a comunidade internacional, a dinâmica interna do país vem funcionando á duas décadas enquanto que a região central e sul encontra-se numa

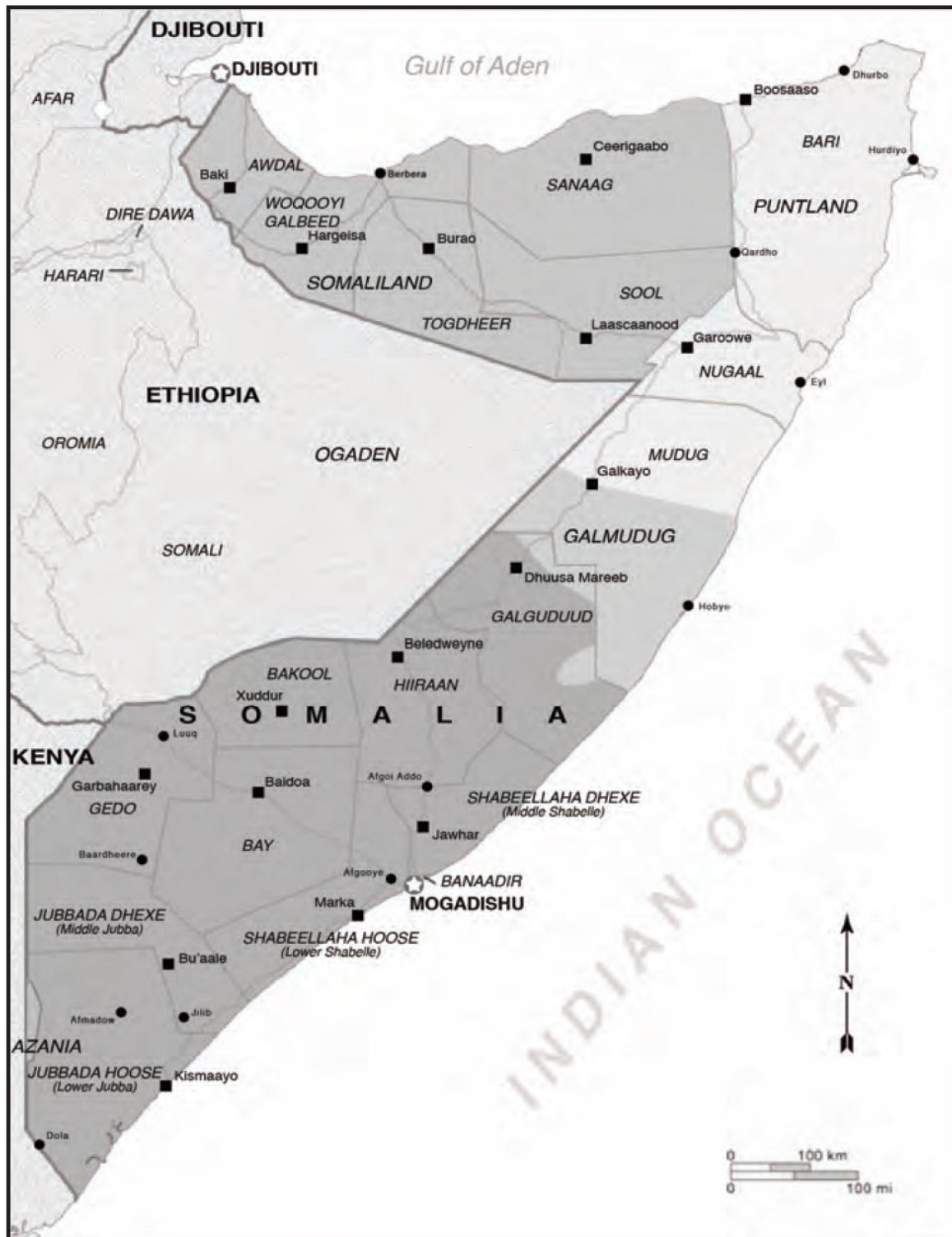
---

<sup>39</sup> Ver JACKSON, Robert H. Quasi-states: sovereignty, international relations and the Third World. (1990)

situação caótica. A economia é majoritariamente informal, sendo a criação de gado de gado um dos principais produtos de exportação, contudo a remessa dos emigrantes é um dos principais fontes de renda no país. O país mantém relações para-diplomáticas com os países vizinhos, a ONU, União Africana e IGAD. O que é curioso observar é que os países vizinhos, como Djibuti e Etiópia, admitem como documentos de viagem os passaportes emitidos pelo governo de Somalilândia, embora não reconheçam a soberania do território (FAGUNDES, 2011: 49).

Em 2005 após uma missão de investigação e de reconhecimento da UA e o parecer favorável sobre a estabilidade e democracia na Somalilândia, o governo do país candidatou-se à entrada na organização (UA), contudo não encontrou apoio dos Estados Africanos, principalmente os da Liga Árabe.

Figura 2: Mapa Político da Somália (atual)



Fonte: Marine Corps University Journal

Disponível

em:

<http://www.marines.mil/Portals/59/Publications/Marine%20Corps%20University%20Journal%20Vol%203,%20No.%201%20Spring%202012.pdf>

### Capítulo III- Tentativas de resolução de conflito

Após o fim da guerra fria, as operações de manutenção da paz sob o auspício das Nações Unidas tornaram cada vez mais frequente, assim como se expandiram passando a abordar diferentes tipos de conflitos. Contudo essa questão ela é um pouco polêmica, pois ocasionou diversos debates e discussão entre os acadêmicos e especialistas. Como argumenta Mingst:

Nenhuma questão que emergiu da guerra justa tem sido mais crítica ou polêmica do que o debate sobre a intervenção humanitária. A tradição da guerra justa afirma que a intervenção militar por Estados ou pela comunidade internacional pode ser justificada se houver a violação de direitos humanos. Entretanto, essa posição contradiz diretamente a marca registrada da tradição westphaliana , isto é, o respeito pela soberania do Estado (2009:217).

A intervenção determinada pelo Conselho de Segurança para a proteção da população civil em um país falido, sem governo, em um estado de virtual anarquia hobbesiana teria comprovado a obsolescência das nações tradicionais de soberania e a inutilidade do apego rígido à regra do consentimento como requisito para a presença de forças onusianas (PATRIOTA, 1998). Vale ressaltar que a intensidade dos conflitos civis não é o critério para a intervenção, mas sim os interesses das potências na paz de uma determinada região.

Segundo Filho (2004:38), as operações de paz promovidas pela ONU estão tipificadas em cinco categorias:

- *Peacemaking*: geralmente utilizando-se da mediação, conciliação, arbitramento ou iniciativas diplomáticas para a resolução de conflitos;
- *Peacekeeping*: tradicionalmente envolvendo uso de pessoal militar, porém com escopo de ação limitado a atividades reativas e mais voltado para monitoramento de acordos de cessar-fogo;
- *Peace-enforcing*: com uso de força militar para conter hostilidades ou reprimir atos de agressão;
- *Peace-building*: envolvendo a reconstrução de infra-estruturas e a reabilitação de instituições políticas de cunho democrático;

- *Protective engagement*: utilizado-se essencialmente de meios militares defensivos para o estabelecimento de ambientes seguros para operações humanitárias.

O continente Africano durante a década de 1990 foi palco de diversos conflitos civis violentos que causaram consideráveis perdas humanas e forçando milhões de pessoas a procurar refúgios nos países vizinhos e no exterior. Diante dessa matança e de graves crises humanitárias, a comunidade internacional foi forçado a intervir em prol da população civil, sendo a maioria dessas intervenções patrocinada pelas Nações Unidas.

No caso particular da Somália, depois do colapso do governo central em 1991, houve várias tentativas desencadeadas por organizações internacionais, regionais e sub-regionais para estabelecer a paz e reconstruir as estruturas políticas, econômicas e sociais no país. Passaremos em seguida analisar cada uma dessas iniciativas.

## **I. Iniciativas Multilaterais**

### **a. ONU**

A desintegração das estruturas políticas e econômicas na Somália, o nível elevado de militarização e violência sem reserva á população civil, somada á grande seca que assolou a região do Chifre da África na década 1980/90, ocasionando a fome de milhares de pessoas, gerou uma das piores crises humanitária da historia do país. Segundo Putnam, em meados de 1992 a ONU estimava que 300 mil Somalis já haviam morrido em consequência da fome e da guerra enquanto que 700 mil se refugiaram nos países vizinhos, particularmente no Quênia e na Etiópia (2003:5).

As agências de ajuda humanitárias que já atuavam em território Somali antes da deposição do General Said Barre não conseguiram dar uma resposta eficiente a essa crescente demanda, pois esses enfrentavam muitos problemas para fazer chegar o auxilio a população civil. A extrema insegurança vivida pelos voluntários e funcionários das ONGs forçava-os a se fiar em dispendiosas e pouco confiáveis proteções armada, contratada junto ás milícias que controlava determinada região, para distribuir a assistência emergencial. Isso acarretava outro problema: mesmo que involuntariamente ao injetar grandes quantidades de dinheiro nos cofres milicianos encorajava-se e mantinha funcionando a economia (SILVA, 2003:49-50)

Inicialmente, a comunidade internacional ficou indiferente á crise Somali. Os EUA, por exemplo, por quase dezoito meses manteve-se indiferente á grave crise por qual a Somália estava passando, uma vez que o interesse estratégico do país para os norte americano havia desaparecido com o fim da guerra fria e posterior desintegração da URSS. Segundo Putnam, existiam três razões para essa relutância dos EUA á crise na Somália: primeiro, os Estados Unidos esperavam uma solução africana para os problemas africanos; Segundo, a administração Bush responsabilizou Said Barre e as ex metrópoles (Grã-Bretanha e Itália) pela situação em que a Somália se encontrava; e terceiro, durante esse período administração Bush estava mais preocupado com outras questões internacionais, como o conflito no Golfo Pérsico, a desintegração da URSS e o desenrolar da crise da Iugoslávia(2003:5). Desse modo, em janeiro de 1992 todos os esforços diplomáticos para colocar a crise na Somália na agenda da ONU foi bloqueado.

Neste sentido, o então Secretário-Geral da ONU Boutros Boutros-Gahli tornou o principal defensor da causa Somali, pressionando o Conselho da Segurança da ONU a autorizar uma intervenção urgente na Somália para garantir as rotas de distribuição de ajuda humanitária. Boutros-Gahli chegou a acusar os componentes do CSNU “*de estar lutando uma guerra dos homens ricos e não levantar um dedo para salvar a Somália da desintegração*”<sup>40</sup> (COHEN,1993:54).

Os EUA rejeitariam a proposta de incluir a Somália na agenda do Conselho de Segurança durante o ano de 1991. Quando o assunto foi trazido ao Conselho, nas primeiras semanas da gestão Boutros-Ghali, os EUA tentaram enfraquecer a linguagem da resolução 733 adotada com base em projeto apresentado por Cabo Verde, que além de impor o embargo de armas, atribuía ao CSNU um mandato para obter um cessar-fogo em contato com todas as partes no conflito (Patriota, 1998:74-5)

Diante dessa insistência, o envolvimento da ONU no conflito da Somália teve inicio em finais de janeiro de 1992 com a aprovação da Resolução 733<sup>41</sup> pelo CSNU, que apelava ao cessar-fogo, a um embargo de armas e à abertura de um corredor humanitário (FERREIRA, 2001). Contudo, o cessar-fogo entre o general Aidid e Mahdi só foi assinado dois meses depois, em Março durante uma reunião em Nova York onde

---

<sup>40</sup> “the rich man’s war”

<sup>41</sup> Disponível em :  
<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/010/92/IMG/NR001092.pdf?OpenElement>

participou também representantes da Organização da Conferência Islâmica, Liga Árabe e Organização da Unidade Africana. O representante dos EUA no CSNU propôs o envio de 50 *peacekeepers* para monitorar esse acordo de cessar-fogo.

A campanha do secretário-geral Boutros-Ghali, apoiada pelas ONGs atuantes na Somália e por alguns setores da diplomacia americana, conquistou a mídia. A partir de março de 1992, a rede de TV americana CNN passou a noticiar incansavelmente a crise e a inanição na Somália (...) A cobertura da CNN levou a uma pressão da opinião pública norte-americana, que repercutiu no Congresso, na Casa Branca e, por meio dela, no CSNU (FAGUNDES, 2011:35)

Em abril foi aprovada por consenso a primeira de uma série de Resoluções de *Peacekeeping* e combate a fome na Somália. A Resolução 751<sup>42</sup> (23 de janeiro de 1992) criou uma pequena operação a *United Nations Somalia Mission* (UNOSOM) com a finalidade de enviar 50 observadores militares para monitorar o cessar-fogo além de enviar escolta armada para os comboios de ajuda humanitária. Os 50 capacetes azuis foram enviados para a Somália e era composto principalmente por soldados Paquistaneses. Em Maio chegaram a Mogadíscio os primeiros integrantes da força da ONU para assegurar distribuição de comida à população civil e monitorar o acordo. De acordo com Silva:

A chegada da ajuda humanitária teve a consequência não prevista e não intencional de promover novas batalhas pelo controle de portos e aeroportos, bem como de rotas de distribuição de bens onde a “proteção” contra os saqueadores e outros bandos armados poderia ser vendida para as organizações de ajuda humanitária (além das somas em dinheiro, os milicianos passaram a pedir “pedágio” que variava entre 10% a 20% do que seria distribuído) (2003:50-1)

Constatando que o número de observadores enviados à Somália até então era insuficiente dada a complexidade do problema e o seu mandato extremamente limitado conduziu à Resolução 775<sup>43</sup> (de 28 de Agosto) que previa, para além do aumento do

---

<sup>42</sup> Disponível em:

<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/011/10/IMG/NR001110.pdf?OpenElement>

<sup>43</sup> Disponível em:

<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N92/410/10/IMG/N9241010.pdf?OpenElement>

número de efetivos, a criação de quatro “zonas de intervenção”, sem especificar, porém de forma clara o conteúdo desta intervenção (FERREIRA, 2001). Mais que conter a epidemia da fome, Boutros-Gahli considerava que o objetivo da intervenção era reconstituir o governo Somali, com seus componentes geográficos intactos, o que exigiria a presença das tropas em todo território nacional, não apenas no sul, foco da grande fome (COHEN, 2000:214)

A falta de segurança nos portos e ao longo das estradas tornou o transporte de alimento impossíveis, criando oportunidades para os bandidos ou facções apreender carregamentos de comida em trânsito. Segundo a ONU, em Agosto existia 1,5 milhão de pessoas (um quarto da população) em risco de morrer de fome e o representante especial da ONU na Somália, Shnoun pediu envio de uma força para garantir a proteção armada para fazer que a ajuda humanitária chegasse à população civil. Em Agosto, o CSUN aprovou o envio de 3,5 mil homens para fazer escolta armada aos comboios humanitários. O Governo Paquistanês disponibilizou um contingente de 500 homens que foram enviados á Mogadíscio em meados de Setembro.

Em 14 de agosto, para surpresa de todos, Washington anunciou a intenção de montar uma ponte aérea alimentar para o interior da Somália - *Operation Provide Relief*, utilizando as aeronaves de transporte militar e ofereceu também para transportar os 500 soldados Paquistaneses que iria servir na operação de manutenção de paz da ONU na Somália. Mais de 130 soldados norte-americanos, juntamente com 3 ou 4 aeronaves de transporte C-141 *Starlifter* e dez Aeronaves de cargas C-130 *Hercules* foram enviados para Mombasa (Quênia) a fim de distribuir alimentos aos refugiados no Quênia e no sul da Somália. A missão dos EUA era exclusivamente transportar alimentos e não para fornecer segurança na distribuição dos alimentos (PATNAM, 2003: 12)

Apesar desse enorme esforço levado a cabo pela ONU para combater a fome na Somália, voos e comboios escoltados foram insuficientes para acabar com a epidemia da fome no país – a situação na Somália continuava a deteriorar. Além disso, a força de manutenção da Paz falhou, pois os 500 soldados Paquistaneses ficaram preso no aeroporto de Mogadíscio, foram impedidos pelos *Warlords* de deixar o aeroporto. Aqui, ficou claro que a crise na Somália era muito mais grave e que demandava um esforço maior da comunidade internacional.



Em finais de Novembro, após a eleição de Bill Clinton, o governo Bush comunicou ao Secretário Geral da ONU a intenção dos EUA de lançar uma operação militar de larga escala na Somália. Alguns dias depois, início de Dezembro o CSNU aprovou a Resolução 794<sup>44</sup> (03 de Dezembro de 1992), autorizando a criação da *United Nations International Task Force* (UNITAF), com o título otimista de “*Operation Restore Hope*”, sob o capítulo VII da Carta da ONU<sup>45</sup>, que autoriza o uso da força para restauração da paz internacional- “*todos os meios necessários*”. Apesar de ser uma força multinacional, os Estados Unidos era o principal financiador e fornecedor de soldados para operação: dos 37 mil soldados que compunha a UNITAF, 26 mil eram norte-americanos (LEWIS,2008).

No entanto, durante as negociações entre os EUA e a ONU ficou claro que existia divergências entre os dois lados no que desrespeita o objetivo da missão da força internacional: Os EUA defendiam o carácter puramente humanitário da missão enquanto a ONU pretendia incluir uma função de desarmamento. No final a posição dos EUA prevaleceu. Como afirma Ferreira:

A preocupação principal dos Estados Unidos, principal financiador e fornecedor de tropas para a UNITAF, parecia ser a de cumprir a missão sem grandes incidentes, assegurar a distribuição da ajuda humanitária sem quaisquer contatos aprofundados com a população local e voltar a casa o mais depressa possível. Esta perspectiva colidia com a das Nações Unidas, que continuavam a considerar o desarmamento como um elemento essencial para a restauração da segurança ( 2001:22).

A aprovação da Resolução 794 foi um marco na organização de forças de intervenção humanitárias, pois ela foi a primeira a estabelecer uma operação humanitária sob os auspícios do Capítulo VII da Carta da ONU para justificar a intervenção (sem o convite explícito do governo soberano que vai sofrer a interferência), assim como a primeira desse nível a contar com a unanimidade do

---

<sup>44</sup> Disponível em:

<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N92/772/11/PDF/N9277211.pdf?OpenElement>

<sup>45</sup> Particularmente o **artigo 42º**: No caso de o Conselho de Segurança considerar que as medidas previstas no Artigo 41 seriam ou demonstraram que são inadequadas, poderá levar e efeito, por meio de forças aéreas, navais ou terrestres, a ação que julgar necessária para manter ou restabelecer a paz e a segurança internacional. Tal ação poderá compreender demonstrações, bloqueios e outras operações, por parte das forças aéreas, navais ou terrestres dos Membros das Nações Unidas.

Disponível em: [http://unicrio.org.br/img/CartadaONU\\_VersoInternet.pdf](http://unicrio.org.br/img/CartadaONU_VersoInternet.pdf)

Conselho e ter o apoio da maioria dos países africanos (Silva 2003, Patnam, 2003). Segundo Elmi:

[...] Pós-guerra fria, a ONU interveio em vários países por diferentes razões utilizando o Capítulo VII da Carta da ONU- Somália foi o primeiro, em 1992. O conselho da Segurança argumentou, em relação ao artigo 9º, que a magnitude do desastre humanitário na Somália era uma ameaça à paz internacional (2010:134)

O ex-embaixador norte-americano na Somália, Robert Oakley foi escolhido o responsável para a operação e pela coordenação dos trabalhos a ser exercidos em conjunto com a UNOSOM. De acordo com Fagundes (2011), a UNITAF possuía mandato tampão de seis meses, enquanto a ONU preparava a UNOSOM II e o objetivo de restaurar a distribuição de ajuda humanitária. É nesse sentido que Lewis coloca que:

Imediatamente após a aprovação da Resolução 794 estabelecendo a UNITAF, o presidente George Bush escreveu ao Secretário-Geral Boutros-Ghali lembrando-o e enfatizando que a missão norte-americana na Somália era limitada e específica: criar condições de segurança que permitissem alimentar o povo faminto da Somália e permitir a transferência da função de segurança à tropa de *peacekeeping* da ONU ( Lewis, 1993 apud Silva 2003: 55).

A atitude do presidente dos Bush deixava clara a opção dos EUA pelo não envolvimento nos esforços de reconciliação política e de reconstrução do país. Deste modo, dá para perceber as diferenças das duas missões de Paz presente na Somália (UNOSOM I e UNITAF) em finais de 1992. A UNOSOM I possuía a vontade política e estratégica diplomática para sentar a mesa e tentar mediar à crise política na Somália, entretanto ela não possuía capacidade física e militar necessário para desempenhar essa complexa tarefa. A UNITAF, por outro lado, possuía a capacidade física e militar, porem não possuía a vontade política para desempenhar esse papel.

A UNITAF entrou em operação no início de Dezembro com a chegada dos primeiros soldados e equipamentos á Mogadíscio. O aeroporto de Mogadíscio foi transformado na base da operação e logo após a instalação deu-se o início á missão, a garantia da escolta armada dos comboios que distribuía alimentos no interior do país.

Após algumas reuniões entre Robert Oakley e os dois líderes que disputava a capital do país (Aidid e Ali Mahdi), foi assinado em 28 de dezembro de 1992 um acordo em que esses líderes comprometeram cooperar com as forças humanitárias. Cabe

ressaltar que a missão da UNITAF não cobria todo o território nacional, muito pelo contrário, ela se concentrava na capital, região central e sul do país. A região norte, independente desde 1991 e noroeste do país alcançaram certa estabilidade.

Após um breve período de cessar-fogo durante as conferências de reconciliação entre os *warlords* mediados pela ONU e países vizinhos, os combates voltaram às ruas de Mogadíscio e no sul do país. Deste modo, dada à insegurança que se instalara no país, os soldados da UNITAF além cumprir a missão pela qual foram designadas, passaram a patrulhar as regiões mais críticas da capital, visando o desarmamento da população. Conforme Lewis (2008), isto levou a um patrulhamento agressivo, desarmando homens que carregava os armamentos abertamente, além de invadir o famoso mercado de armas em Mogadíscio.

Nesse sentido, os responsáveis pela operação foram se dando conta de que o sucesso da UNITAF dependia de um mínimo engajamento político. A partir desse ponto, as tropas norte-americanas passaram também a se esforçar pela instituição de uma força policial e de judiciário independente para facilitar uma proto-organização civil que ajudasse e complementasse as ações da UNITAF (Silva 2003:61). No entanto, essa nova missão da UNITAF precisava de uma ação mais coordenada com os principais Generais, Aidid, Ali Mahdi, Jess e Morgan.

Alguns desses acordos entre a UNITAF e os *Warlords* se transformaram num fiasco. No sul, por exemplo, duas facções rivais disputava o controle da região, uma liderada por Omar Jess, aliado de Aidid, e a outra liderada por Morgan. Após um acordo entre os Generais Jess, Morgan e os representantes da UNITAF, iniciou-se uma operação de desarmamento das milícias de Omar Jess, enfraquecendo a sua posição, enquanto que as milícias de Morgan mantinha o status-quo. Essa atitude não intencional da UNITAF acabou por favorecer indiretamente a milícia rival. Morgan aproveitando essa vantagem organizou uma ação ofensiva e rapidamente conseguiu o controle dos territórios no sul. O general Aidid viu isso como um favorecimento da UNITAF ao clã rival e iniciou uma série de ataque de revanche, contra as forças da UNITAF.

No mesmo período, a ONU convocou uma nova conferência de reconciliação nacional que decorreu em Adis Abeba em março de 1993, reunindo 15 (quinze) líderes das facções envolvido no conflito. No final da conferência os representantes dos Clãs, acordaram em criar um Conselho Nacional de Transição (CNT) para funcionar como

principal autoridade política durante o período de dois anos. O CNT teria 74 assentos, 15 representando cada liderança clânica, 54 sendo preenchidos por três representantes escolhidos em cada uma das 18 regiões (sendo um dos três obrigatoriamente uma mulher) e tendo a região de Mogadíscio representada por Ali Mahdi e mais quatro escolhidos (Silva, 2003:62).

A proposta também previa que a rotatividade da presidência do CNT, servindo como uma executiva nacional. Além disso, os líderes clânicos comprometeram com o completo, imparcial e irrestrito desarmamento dentro do prazo de 90 dias a contar a partir da data da assinatura, 27 de março, aceitando que a UNITAF e a UNOSOM aplicassem sanções contra os responsáveis pela violação do cessar-fogo (MAYALL, 1996:115).

Muitos observadores concluíram que depois de algumas semanas a UNITAF havia sido bem sucedida em seu objetivo principal de abrir rotas de auxílio para que os mantimentos chegassem à população nas áreas mais necessitadas do sul da Somália (MAYALL, 1996: 112 apud Silva 2003:54). A UNITAF era a mais cara operação de intervenção humanitária já realizada até então- o custo anual foi estimado em 1,5 bilhão de dólares.

Nos finais de Março de 1993, o Conselho da Segurança da ONU aprovou a Resolução 814<sup>46</sup>, que criou a *United Nations Operation in Somalia II* (UNOSOM II)<sup>47</sup> com mandato mais alargado sob o Capítulo VII da Carta da ONU, incluindo a coação militar para estabelecer segurança na Somália, ações de desarmamento, estabelecimento de uma força policial e o restabelecimento das instituições nacionais. Deste modo, as forças da UNITAF estavam sendo substituído pelas tropas multinacionais comandando pelo general Turco Cevik Bir e pelo novo representante especial da ONU na Somália Jonatham House.

A UNOSOM II em muito se assemelhava a UNOSOM I - apesar de um numero relativamente maior de contingentes, 20 mil militares, 8 mil auxiliares logístico e 3 mil civis e um mandato mais alargado, a sua capacidade física e militar era muito fraca.

---

<sup>46</sup> Disponível em:

<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N93/226/18/IMG/N9322618.pdf?OpenElement>

<sup>47</sup> A UNOSOM II substitui a UNOSOM I e a UNITAF e a passagem da coordenação das ações dos EUA para a ONU.

Inicialmente, a UNOSOM II agiu nas áreas mais estáveis focando as atividades na montagem dos Conselhos Distritais e Regionais. Muitas críticas foram feitas ao jeito apressado e casual através do qual os representantes da ONU chegavam aos nomes dos representantes, muitas vezes se fiando em sugestões dadas pelos próprios líderes milicianos (RICHIBURG, 1993:1 apud SILVA, 2003:64).

O General Aidid passou a utilizar dessa crítica para acusar a ONU de estar interferindo nos assuntos internos da Somália e a partir desse momento passou a rejeitar toda e qualquer ação que visa constituir o Conselho Regional e Distrital. Para alguns observadores esse ato foi uma manobra política de Aidid que temia que não conseguisse o controle das Assembleias e tentava desmoralizar os oficiais da UNOSOM. A crise entre Aidid e as forças da ONU já estava instalada e agravaria algumas semanas depois. O resultado de tudo isso foi a retomada dos confrontos entre os Clãs na capital e no sul, que vivia um momento de certa estabilidade desde março.

A operação da ONU na Somália começou a desmoronar a partir de Junho de 1993 quando os soldados da UNOSOM foram emboscado durante uma tentativa de ocupação dos armazéns de munições e da rádio controlado por Aidid que incitavam a população contra as forças da ONU resultado na morte de 23 Soldados Paquistaneses. A resposta da ONU foi imediata, além da tradicional condenação do ataque, declarou Aidid culpado pelo sucedido. Um dia após o ataque o CSNU aprovou a Resolução 837<sup>48</sup> (06 de junho), que autorizou operações militares contra os responsáveis - “todos os meios necessários contra os responsáveis”. Segundo Lewis (2008), a ONU tratou esse ataque como uma “afronta”, helicópteros militares foram utilizados para bombardear as bases de Aidid e ele foi considerado um “fora da lei”. O representante da ONU na Somália, Admiral Howe, numa atitude precipitada, condenado veemente pelos norte-americanos e pela própria ONU, ofereceu uma recompensa de 20 mil dólares pela captura do General Aidid.

A partir do momento de declaração de guerra ao General Aidid, a ONU/norte-americanos se tornou mais uma parte no conflito da Somália e acabaram com qualquer possibilidade de reconciliação política na Somália mediada pela UNOSOM. “Agora

---

<sup>48</sup> Disponível em:

<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N93/332/32/IMG/N9333232.pdf?OpenElement>

*havia uma guerra em Mogadíscio entre os membros dos clãs e a UNOSOM e os seus apoiadores”* (Lewis, 2008: 79), isto é, o *peacekeeping* foi transformado no *peace-enforcing*. Desse modo, iniciou a operação conjunta da UNOSOM e dos norte-americanos para capturar o líder da SNA. Segundo Ferreira (2001), Curiosamente, é neste contexto que se verifica o retorno das tropas norte-americanas ao conflito, numa jogada destinada a marcar posição a nível internacional com custos financeiros reduzidos.

No dia 3 de outubro do mesmo ano, as Forças Especiais do Exército dos EUA (Força-Tarefa Ranger) numa missão para capturar líderes das forças rebeldes do General Mohamed Farah Aidid que se encontrava reunido num edifício no centro da cidade, foram surpreendidos com o poder de fogo dos grupos armados apoiadores de Aidid. A missão foi planejada para durar apenas 30 minutos, porém eles permaneceram no local por 18 horas sob um intenso fogo cruzado. Apesar dos planejadores da operação saber que a Somália estava inundada de pequenas armas potentes, os comandantes militares ficaram surpresos com a tamanho poder de fogo.

Nossa missão era tomar de assalto um edifício situado no centro de Mogadíscio. Às 15h32, nossos helicópteros deixaram a segurança do aeródromo e partiram num voo de três minutos em direção ao alvo. As vítimas do dia eram vários subcomandantes de Aidid, que estavam reunidos num bairro conhecido como Mar Negro. O lugar era densamente ocupado pelos homens leais a Aidid. Planejamos terminar a missão inteira em meia hora ou menos. (EVERSMANN & SCHILLING, 2010:16)

Durante a distribuição dos soldados nos pontos estratégicos para a missão, dois helicópteros *Black Hawk* UH-60 foram derrubados por granadas propelidas por foguetes e três outros foram postos fora de combate (Kahaner, 2011). A batalha de Mogadíscio como ficou conhecida, entraria para a história militar dos Estados Unidos como um dos combates urbanos mais violento dos últimos tempos. Segundo Eversmann & Schilling “ (...) [essa batalha] foi o mais feroz combate terrestre já visto pelas forças americanas desde a Ofensiva do Ano Tet<sup>49</sup>, no Vietnã, em 1968” (2010:30).

Ao final dessa missão 18 soldados americanos foram mortos em ação e 79 ficaram feridos, além de um piloto capturado pelos rebeldes. Do lado Somali

---

<sup>49</sup> Nome do ano lunar chinês e de uma surpreendente ofensiva lançada pelos norte-vietnamitas contra as forças americanas e os sul-vietnamitas na guerra do Vietnã, em que houve também a ocupação da embaixada Americana em Saigon.

aproximadamente 312 foram mortos e 814 ficaram feridos (KAHANER, 2011, FAGUNDES, 2011, EVERSMANN & SCHILLING, 2010). Porém, um dos episódios mais traumático dessa batalha foi a dos rebeldes arrastando corpos dos Soldados americanos pelas ruas de Mogadíscio que foi transmitido pela TV, chocando o mundo e particularmente os cidadãos norte-americanos.

Após esse dramático episódio, a administração Clinton pressionado pela opinião publica americana ordenou a retirada imediata das suas tropas da Somália em 1993 completado em março de 1994. Em finais do mesmo ano, a Bélgica, a França e Itália anunciaram a retirada dos seus soldados do país.

Apesar das forças da UNOSOM passou a ser constituídos apenas por soldados dos países dos Terceiro Mundo com pouco interesse na Somália, o seu mandato foi postergado até que em 31 de Março de 1995 quando a ONU retirou por completo do país - A Somália foi entregue á própria sorte.

Após três anos de intervenção na Somália o resultado era pouco animador: os conflitos persistirem, apesar de ser em um nível inferior ao observado no inicio dos anos 1990 e a epidemia da fome ainda era um dos maiores problemas do país. Não é nosso objetivo nesse trabalho discutir as causas da falha e a própria legitimidade dessa operação, existem vastas publicações sobre o assunto.

Essa intervenção na Somália entrou para historia das operações humanitárias, assim como, após essa intervenção os países ocidentais ficaram relutantes em enviar operações de paz para os conflitos que aconteciam pelo mundo, particularmente no continente Africano. Essa atitude dos países ocidentais levaram as organizações regionais e sub-regionais assumir as rédeas na resolução dos conflitos em aberto. Esse será o nosso tópico para a próxima secção.

A experiência na Somália não somente estimulou o debate sobre usar as forças Americanas em áreas em que a segurança dos EUA não estava diretamente ameaçada, mas também incitou os planejadores do Pentágono a pensar mais sobre como as tropas americanas, bem treinadas e equipadas com armas de elevada e mais recentes tecnologia, podem vencer milícias mal treinadas e armadas com fuzis automáticos simples e de baixa tecnologia, especialmente em cenários urbanos. (kahaner, 2011:113).

### **a. Iniciativas Regionais**

Como mencionado anteriormente, após o fiasco da intervenção da ONU na Somália em 1993, os países ocidentais tornaram-se relutantes em envolverem-se em operações de paz, principalmente no continente Africano, o que obrigou os blocos regionais a procurarem meios eficientes (instituir uma agenda securitária) para dar resposta a essas novas demandas que estavam a surgir no período. Segundo Escoteguy (2011), neste ambiente de proliferação de conflitos e incertezas sobre o compromisso ocidental com a manutenção da paz e segurança na África, lideranças africanas passaram a afirmar a necessidade de buscar “soluções africanas para os problemas africanos”. Inicialmente, os trabalhos dessas organizações no campo da paz e segurança restringiram-se à mediação e ao envio de pequenas missões de observadores (*peacemaking*).

De acordo com Ferreira (2005), estas mudanças dizem respeito, em parte, a um reforço evidente das capacidades africanas de gestão e resolução de conflitos, quer ao nível continental com a transição da Organização da Unidade Africana para União Africana (UA) e de organismos específicos – quer ao nível regional, com o investimento na capacitação institucional e técnica de algumas organizações regionais cuja vocação era primordialmente económica, particularmente na África Ocidental (a Comunidade dos Estados da África Ocidental – CEDEAO), na África Austral (a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral – SADC) e na África Oriental (a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento – IGAD).

Essa “nova arquitetura africana de paz e segurança” (AAPS), composta por diversos órgãos e instrumentos, entre os quais a União Africana (UA) e seu Conselho de Paz e Segurança (CPS), bem como a Força de Reserva Africana (ASF), faz parte de um conjunto de ações lançadas ao longo dos últimos dez anos com o intuito de permitir à África assumir as rédeas do seu destino e promover a sua regeneração. Em resposta, as potências ocidentais têm enviado esforços no sentido de promover a capacitação africana no campo da paz e segurança (Escoteguy, 2011:17).

É nesse contexto que a IGAD vem desempenhando um papel importante na tentativa de resolução do conflito na Somália desde a retirada da ONU em 1995.



### a. IGAD

A Autoridade intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD sigla em Inglês), sucessora da Autoridade Intergovernamental para a Seca e Desenvolvimento (IGADD sigla em inglês), é uma organização Sub-regional Criado em 1986 inicialmente por cinco países da Região<sup>50</sup> afetados pela grande Seca que atingiu o Chifre da África (1976-1986), causando a fome, a degradação ecológica e problemas econômicos. Inicialmente, a organização foi criada com o propósito de buscar meios para combater os problemas gerados pela seca e desertificação e criar condições necessárias para o desenvolvimento dos países membros.

Em 1996 na cimeira de Addis Abeba, os países membros acordaram em alargar as áreas de atuação da organização, a cooperação e integração regional e a prevenção e resolução de conflitos passaram a serem uns dos principais objetivos<sup>51</sup> da organização, além de assumir a atual designação (Autoridade intergovernamental para o Desenvolvimento, IGAD).

Dentre os objetivos a IGAD podemos destacar: a) a promoção de estratégias conjuntas de desenvolvimento e gradualmente harmonizar políticas macro econômicas e programas nos domínios social, tecnológico e científico; b) Harmonizar as políticas relativas ao comércio, transporte e comunicações, agricultura e recursos naturais e promover a livre circulação de bens, serviços e de pessoas na região; c) Encorajar e assistir os esforços dos Estados membros para coletivamente, combaterem a seca e outros desastres naturais e provocados pelo homem e as suas consequências naturais; d) Promover a paz e estabilidade na região e criar mecanismos na região para a prevenção, gestão e resolução de conflitos inter e intra estados através do diálogo (ADAR, 2000).

Em 2000 a IGAD criou o Mecanismo de Alerta Prévia de Conflitos e de Resposta (CEWARN, sigla em inglês), visando a criação de um mecanismo para a antecipação sistemática e de resposta aos conflitos em tempo oportuno de forma efetiva. Sendo o Chifre da África habitada por um grande número de populações nômades, em razão das

---

<sup>50</sup> Djibuti, Etiópia, Quênia, Somália e Sudão. A Eritreia e a Uganda juntaram a organização na década de 1990 e no último alargamento em 2011, o Sudão do Sul se tornou o oitavo membro.

<sup>51</sup> Foram definidas Três áreas prioritárias para atuação da organização:

- 1-Segurança Alimentar e proteção ambiental;
- 2-Prevenção, gestão e resolução de conflito;
- 3-Cooperação econômica e Integração.

características climáticas da região, a CEWARN optou numa abordagem diferenciada de ação, atuando exclusivamente nos conflitos de caráter pastoril, tanto de natureza inter comunitária como de natureza transfronteiriça antes que essas agitações com o tempo transformar-se em conflitos maiores com consequências desastrosas.

Após a saída da ONU da Somália, os esforços para negociar a paz têm sido desencadeados principalmente pelos países da região, através da Autoridade Intergovernamental para o desenvolvimento (IGAD). Nesse sentido, a partir de 1996 começou a ser adotada uma nova abordagem nas negociações de paz, baseada na coexistência e cooperação regional possivelmente conduzindo à criação de um Estado federal composto por várias administrações regionais autônomas e de base clânica.

Desta forma, em Dezembro de 1997 no Cairo (Egito) iniciou a primeira de uma serie de conferências de paz realizada por iniciativas regionais, principalmente pela IGAD apoiado pela ONU. É importante ressaltar que o envolvimento dos países membros da IGAD individualmente, é anterior a essa data, ela remonta o colapso do governo central em 1991 - Em junho e julho do mesmo ano no Djibuti, foram realizadas as duas primeiras reuniões de reconciliação nacional com a participação de seis facções que disputava o poder no país, contudo as desconfianças mútuas as partes não conseguiram chegar a um consenso. Dois anos depois, em março de 1993 em Adis Abeba quinze facções assinaram dois acordos: uma de reconciliação e a outra de desarmamento, porém alguns meses depois o acordo se desfez e o país mergulhou novamente em caos.

Em 2000, por iniciativa do novo presidente do Djibuti, Ismail Omar Geele, foi lançado um plano de paz para Somália sob auspício da IGAD com apoio da ONU. A iniciativa e o projeto da conferência que foi realizado na capital Djibuti foram aprovados pela ONU, União Europeia, EUA, Egito, Líbia e Itália. Essa conferência era diferente de todos os esforços de paz anteriores, uma vez que ela era mais abrangente, havia delegados e representantes de todos os clãs e de todas as categorias sociais: Anciãos tradicionais, religiosos, acadêmicos, intelectuais, artistas e mulheres. Cabe lembrar que os senhores de guerra e os Clãs da Somalilândia e Puntlândia ficaram de fora das negociações.

Um dos principais objetivos da conferência de Arta como ficou conhecido, era formar uma Assembleia constituída por 245 cadeiras. Um total de 400 delegados

participaram da conferência que prolongou por vários meses. De acordo com Lewis, as a distribuição das cadeiras eram baseadas em cotas de clã e no gênero: 44 cadeiras cada para os clãs Darod, Hawiye, Digil Mirifle e Dir, 24 para as minorias, 25 para as mulheres e 20 escolhidos aleatoriamente pelo presidente do Djibuti (2008:82). Depois de formado a assembleia, esse seria responsável de escolher os presidentes da assembleia nacional e do Governo Nacional de Transição (TNG, sigla em inglês) – Abdiqasin Salad Hassan, ex-ministro no governo Barre, foi eleito o primeiro presidente da TNG.

Apesar do sucesso inicial da conferência de Arta e o apoio da ONU, Itália e dos países árabes à TNG, esse se demonstrou fraco e carecia de legitimidade, pois apenas uma pequena parcela da capital Mogadíscio estava sob a sua jurisdição. No entanto, dois anos depois da conferência os acordos foram rejeitados e a violência voltou a si instalar no sul. Segundo Malugueta (2009), o processo de Arta foi bocoitada por vários líderes de facções poderosas, bem como os líderes da Somalilândia e Puntlândia excluído do acordo, que o classificou de pouco representativo e imposta por potências externas.

Em outubro de 2002, foi convocada uma nova conferência de paz em Mbagathi no Quênia sob a liderança da IGAD com um forte envolvimento da ONU. Cabe ressaltar que essa conferência recebeu uma atenção especial da comunidade internacional, principalmente dos EUA, que um ano antes tinha declarado “guerra contra o terror” e a invasão do Afeganistão estava em curso – isto é depois de quase uma década de abandono, a Somália tornou novamente estratégica para a política externa norte-americana, agora no combate ao terrorismo.

Uma inovação dessa conferência foi à inclusão dos principais *warlords* e dos representantes das regiões semi-autônomas nas negociações. Durante um longo período de negociação (dois anos) foi discutido e distribuído as cadeiras da assembleia federal, de acordo com as cotas dos clãs. Após esse moroso processo, finalmente em 2004 foi criado a Assembleia Federal de Transição que escolheu o presidente provisório do Governo Federal de Transição (TFG, sigla em Inglês) - o coronel Abdillahi Yusuf, ex presidente da região semi-autônoma de Puntlândia foi eleito presidente provisório da TFG por um período de cinco ano e posteriormente nomeou Ali Geedi o primeiro

ministro para formar um novo governo. Os países vizinhos, Etiópia, Quênia e Djibuti tiveram um papel decisivo nesse processo.

Após a formação do governo provisório em 2004 a sede do mesmo permaneceu no Quênia, isto é, dada a insegurança no país com a emergência e consolidação da *União das Cortes Islâmicas*<sup>52</sup> (UIC, sigla em Inglês) no mesmo ano, o governo e a Assembleia Nacional da Somália permaneceram no exílio. A UIC passou a controlar grandes porções de território Somali (capital e a região sul), com a intenção de impor a *Sharia* (lei islâmica). Este se transformou no maior obstáculo para consolidação e legitimidade da TFG (Malugueta 2009). A UIC era popular entre os Hawye, clã dominante em Mogadíscio. Em 2005 iniciou uma operação para instalar a sede do governo na Somália com a ajuda da Etiópia e da UA. Inicialmente era quase impossível recuperar a capital e instalar o governo dada a insegurança do local. Segundo Lewis (2008), eles primeiro se estabeleceram na região de Jawahar no rio Shabelle cerca de 100 km de Mogadíscio, sob a proteção de Muuse Soodi Yalahow (Hawye), um senhor de guerra local. Depois de alguns meses moveram para a região da Baidoa (mas ao sul) onde permaneceram por mais ou menos um ano. Durante esse período foram realizadas duas rodadas de negociação paz entre a TFG e a UIC que tiveram lugar em Cartum (Sudão) sob auspício da Liga Árabe, porém não trouxe qualquer avanço – o TFG acusava o UIC de ampliar o seu controle territorial enquanto que a UIC acusa a TFG de convidar tropas Etíope para intervir na Somália (Malugueta, 2009). Sendo assim, a UIC declarou *Jihad* contra as forças etíopes dentro da Somália.

Em março de 2005 a IGAD concordou oficialmente em assumir a responsabilidade da missão de paz na Somália e a criação do *Peace Support Mission to Somalia* (IGASOM), prevendo o envio de um contingente de 10 mil soldados com o mandato de apoiar o TFG no restabelecimento da paz e de segurança. Devido á vários fatores, principalmente dificuldades econômicas e militares a IGASOM não se materializou.

A UIC era objeto de apreensão por parte dos países vizinhos e também dos Estados Unidos. Mesmo com a presença de facções moderadas, a existência de algumas facções mais extremistas – em especial o grupo jovem, al- Shabaab – transformou as UIC em alvo regional e mesmo internacional.

---

<sup>52</sup> Um agregado relativamente heterogêneo de juízes islâmicos e grupos militantes mais ou menos fundamentalistas (Cepik & Scheneider, 2010: 20)

[...] a Etiópia decidiu invadir o país vizinho em dezembro de 2006, com apoio tácito e auxílio militar dos Estados Unidos. Os etíopes enviaram aproximadamente 20.000 soldados para o território somali e se tornaram a principal garantia da manutenção do governo transitório (TFG). Em um primeiro momento, a ocupação foi bem-sucedida, e a autoridade do governo foi restabelecida em parte significativa do centro e do sul da Somália, com as Cortes Islâmicas (UIC) tendo perdido o controle de Mogadishu e da maior parte do território anteriormente sob seu controle. Os tanques, aviões e tropas etíopes fizeram a diferença contra um movimento relativamente mal-preparado do ponto de vista militar (CEPIK & SCHNEIDER, 2010:20).

Após a rápida derrota da UIC, a ala radical al-shabaab continuou a travar guerra de guerrilha contra as tropas Etíopes e do TFG, fazendo uma série de ataques, inclusive atentados suicidas, este pela primeira vez na história da Somália (MULUGUETA, 2009). Apesar de alcançar um dos principais objetivos da missão - o TFG ocupou a capital pela primeira vez desde 2004 e a derrota da UIC, a intervenção da Etiópia gerou inúmeros debates. Ainda conforme Cepik & Schneider:

A invasão etíope da Somália não foi, portanto, bem-sucedida. Os principais erros parecem residir na falta de legitimidade da intervenção de um país sozinho, assim como na aliança quase declarada com os Estados Unidos. Tudo indica que uma ação mais concertada entre os países da região – e mesmo do continente – e com a participação expressa da IGAD teria minimizado as chances da ligação da al-Shabaab com a al- Qaeda, assim como da alienação das facções mais moderadas das UIC ( 2010:22).

Depois da derrota da UIC, entre julho-agosto de 2007 a TFG convocou uma nova conferência de reconciliação nacional que teve lugar em Mogadíscio, que contou com a participação de mais de 3 mil pessoas de todas as regiões do país e representantes de todos clãs, assim como a diáspora Somali. Paralelamente a essa conferência estava acontecendo em Asmara (Eritreia) a conversação (processo de paz do Djibuti) entre os representantes do TFG e da Aliança para a Re-libertação da Somália (ARS) (ex-integrantes da UIC) sob a liderança da ONU. Essas conversações resultaram na assinatura de um acordo de paz entre o TFG e a ARS, condenado veemente pelo Al-shabaab.

De acordo com previsão estabelecida no acordo, as tropas etíopes completariam sua retirada do território Somali no início de 2009 e num comunicado conjunto foi solicitado a instalação no país uma missão de paz da ONU.

Dando segmento ao processo de paz do Djibuti, o Parlamento do TFG foi expandido, sendo alocados 200 assentos ao ARS. O novo parlamento elegeu em janeiro de 2009 um novo presidente do TFG, Sheik Sharif Ahmed, então presidente da ARS e ex-lider da UIC (ESCOSTEGUY, 2011:143).

A IGAD, apesar de desempenhar um papel importantíssimo nas tentativas de resolução do prolongado conflito na Somália, ela enfrenta algumas dificuldades proeminente. Sendo uma organização constituída majoritariamente por países “fracos” que possuem graves problemas econômicos e políticos internos, tais como, níveis altos de pobreza, baixos níveis de desenvolvimento econômico e problemas de insurgência. Além disso, são países historicamente inimigos que financiavam mutuamente os grupos insurgentes para desestabilizar os respectivos governos, assim como, até o presente alguns membros possuem problemas fronteiriços e disputa territoriais não resolvidos.

#### **b. União Africana**

Da mesma forma que a IGAD, a União Africana tem tido um papel de destaque nas tentativas de estabilização da Somália desde o colapso do governo central. Porém, o envolvimento direto da UA na Somália só aconteceu em 2007 com a entrada em operação da força de manutenção de paz, *African Union Mission in Somalia* (AMISOM), aprovada pela resolução 1744<sup>53</sup> do CSUN com duração prevista de seis meses. Esta força de paz veio assumir o papel que a IGASOM veria ostentar caso entrasse em operação. Dessa forma, o mandato da AMISOM aprovado pelo Conselho de Paz e Segurança da UA em janeiro de 2007 consistia em:

- Apoiar o diálogo e reconciliação na Somália, trabalhando com todas as partes interessadas;
- Fornecer proteção apropriada as Instituições Federais de Transição e as infraestruturas chaves para que possam desempenhar as suas funções;
- Auxiliar na implementação da segurança nacional e um plano de estabilização da Somália, em particular o restabelecimento dos efetivos e a formação das forças de segurança somali;

---

<sup>53</sup> Disponível em: [http://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/1744\(2007\)](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1744(2007))

- Facilitar, conforme necessário e dentro das capacidades, as operações humanitárias, incluindo o repatriamento dos refugiados e o reassentamento dos deslocados;
- Proteger o pessoal da AMISOM, instalações e equipamentos, incluindo a auto-defesa (Comunicado UA, 2007).

Como pode ser observado, o mandato da AMISOM era quase que exclusivamente de garantir a segurança do TFG- *“O mandato não inclui a proteção dos civis – a missão não fornece um forte apoio humanitário, eles só atribuem medicamentos e primeiros socorros para algumas pessoas, incluindo as forças do governo feridos”* (MULUGUETA, 2009:46, tradução nossa)

Dada a complexidade da missão, a AMISOM teve o seu mandato prorrogado e nos dois primeiros anos (2007-2008) do mandato da missão, viu-se o grupo extremista al-shabaab conquistando importantes territórios no sul do país, incluindo as cidades portuárias estratégicas de Merca e Kismayo.

Depois da retirada dos soldados Etíope do território Somali em 2009, a AMISOM assumiu na totalidade o papel da segurança do país, particularmente da TFG. O al-shabaab passou a ser o grande desafio dessa missão, os ataques contra as forças da AMISOM intensificaram significativamente. Ao longo do ano de 2009, a situação da AMISOM tornar-se-ia, no entanto, ainda mais delicada, pois foi obrigada a defender-se de constantes ataques perpetrados por grupos extremistas, a missão via a sua neutralidade colocada em cheque diariamente.

Atualmente, um dos principais problemas da AMISOM é a falta de pessoal e recurso suficiente. No entanto, alguns meses antes da entrada em operação, janeiro 2007, durante a cimeira da União Africana, vários países africanos como o Gana, Nigéria, Burundi, Uganda e Malawi se comprometeram contribuir com soldados para essa missão de operação de paz na Somália. Fora os 8 mil soldados autorizados pelo Conselho da Paz e Segurança, até agora apenas 5.217 soldados do Burundi e da Uganda está na missão na Somália (MULUGUETA, 2009:47)

Outro problema da AMISOM é financeiro e logístico. O orçamento anual estimado em 622 milhões de dólares em 2008, apenas 32 milhões foi recebido (Conselho de Paz e Segurança da UA, 2009). Outro fator complicador é a falta de apoio dos Somalis, já que

ela não é considerada uma operação de manutenção de paz neutra, pois o principal objetivo da AMISOM é o apoio ao TFG.

Apesar de todos esses desafios dessa operação descrita até aqui não podemos negar a importância da AMISOM no processo de paz na Somália. Além de ser a principal força que mantém o TFG, conjuntamente com a IGAD ela vem trabalhando na tentativa de criar instituições fortes necessários para criar as bases para construção de um governo central forte. Os esforços desempenhados por essas duas Organizações com o apoio da ONU dentro da Somália pode ser resumido na formação do primeiro governo central no país desde 1991 em Setembro de 2012 e a eleição do Hassan Sheikh Mohammed pelo parlamento como o primeiro presidente efetivo da Somália desde o colapso do governo há vinte anos. Porém ainda existem enormes desafios, tais como recuperar grande parte dos territórios que ainda se encontra sob o poder do Al-shabaab. Uma das primeiras ações da força da AMISOM após a eleição do novo governo foi montar uma operação de grande envergadura para recuperar os territórios que estão na mão dos extremistas. O resultado parcial dessa operação foi a expulsão do Al-shabab de dois dos seus redutos mais importante (Merca e Kismayo). Além disso, a criação de instituições fortes que permite a Somália desempenhar o papel de um Estado comum foi eleito como prioridade do novo governo.

Assim, podemos concluir que a UA tem capacidade para mobilizar os efetivos militares necessários para restaurar a paz no Somália, no entanto, a organização carece de recursos financeiros para pagar os salários dos soldados, de meios transporte estratégico e tático e meios para sustentar essa operação, particularmente apoio logístico. A falta de vontade política para prover à UA de meios necessários que o torna capaz de cumprir a sua missão é o grande desafio da operação da AMISOM.

Esta missão continua, no entanto, sujeita a uma variedade de pressões, especialmente no que diz respeito à geração de forças e ao fornecimento de equipamentos. Atualmente, dispõe apenas de seis batalhões, cerca de 65 por cento da força identificada como necessária para o objetivo previsto inicialmente, de dois países, o Burundi e Uganda. Para além de reforço de tropa, são necessários mais meios sanitários, de engenharia e de polícia militar, segundo a UA. Por outro lado, uma equipa de planeamento da ONU continua a apoiar o planeamento operacional em Adis Abeba, no Quartel-General da UA, incluindo a preparação da projeção de mais três batalhões de



infantaria e de 22 oficiais do estado-maior ,oriundos de oito países africanos (SARAIVA & JOANA, 2011:91).

É importante mencionar que os confrontos entre o Al-shabaab e as tropas da AMISOM tomou uma nova dimensão a partir de outubro de 2011 quando as tropas Quenianas entraram na Somália, sem o consentimento do TFG, com o propósito de combater o grupo extremista, principalmente na região sul do país, acusados por Nairobi de praticarem vários ataques e sequestros de cidadãos ocidentais no seu território. *A intervenção de Nairobi no sul da Somália desencadeou a fúria dos rebeldes (Al-shabaab), que prometeram responder no “coração” dos interesses Quenianos se o país não se retirasse* (Jornal de Noticias, 2011). A partir desse momento o governo Queniano passou a sofrer uma serie de atentados a bomba no seu próprio território principalmente na região norte, assim como na capital.

Portanto, o que tentamos demonstrar nessa secção foi o papel assumido pelas organizações regionais e sub-regionais africanas na tentativa de resolver do complexo conflito na Somália após o fracasso das tentativas dos organismos multilaterais (ONU). Dessa forma, constatamos que apesar das limitações existentes, a fraca capacidade institucional, econômico e militar essas organizações regionais, particularmente a IGAD e a UA vem desempenhando um fundamental papel na estabilização da Somália.

### **Conclusão:**

Após essa exposição sobre a Somália, desde a colonização passando pela Independência, golpe militar, guerra do Ogaden, colapso do governo central, fragmentação do país e as tentativas de resolução do conflito, fica claro que as causas da desintegração do país são múltiplas. O estado em que a Somália encontra-se atualmente não se resume a divisão da sociedade em estrutura Clânicas. Muito pelo contrário, existem interesses políticos e econômicos de uma pessoa ou de um grupo de indivíduos que agem em nome dos clãs. Se analisarmos mais cuidadosamente as forças internas envolvidos no conflito, deparamos que as duas maiores facções que disputava o controle da capital após o colapso do governo central, uma liderada pelo General Aidid e outra liderada pelo General Ali Mahdi apesar de pertencer sub-clãs diferentes eles pertenciam ao mesmo clã – Darod. Dessa forma, fica claro que os clãs não estão lutando pelas suas diferenças mais sim pelos interesses político e econômico de alguns dos membros.

Neste sentido, conclui-se que a guerra civil e o colapso do governo na Somália é consequência da combinação de vários elementos que englobam fatores internas e externas – no plano externo uma das causas foi fim da guerra fria, na medida em que quando desapareceu o inimigo externo dos EUA a região perdeu o interesse estratégico para os vencedores da guerra fria, as volumosas ajudas econômicas e militares foram suspenso num momento em que a oposição interna estava ascendendo e consolidando. Um segunda causa que de certa forma está ligada à primeira, é a humilhante derrota do país na guerra do Ogaden (1977-1978) contra um inimigo tradicional e o fracasso da ideologia nacionalista pan-somali de reunir toda etnia Somali numa Grande Somália. Essa derrota militar, moral e ideológica levou o surgimento de grupos opositores dentro do próprio governo, o que levou a tentativa de golpe em 1978 reprimido violentamente e criação de grupos opositores que passou a desafiar o regime. Internamente uma das causas foi a política de opressão erigida contra a maioria dos clãs, uma vez que Barre usou de todos os meios necessários para se manter no poder; A negligência da maioria dos clãs, o que ocasionou o surgimento de vários grupos insurgentes defendendo os interesses dos seus respectivos clã, na medida em que Said barre passou a privilegiar principalmente as populações do sul que pertencia ao grande clã dos deus pais (Ogaden e Darod). Por fim, a Somália desde a sua formação territorial em 1960 não conseguiu desenvolver um Estado capaz em termos administrativos, criar instituições políticas capaz de absorver os interesses todos os clãs ou pelo ou menos da maioria, assim como

não conseguiu criar um aparelho coercivo eficiente. Essas fragilidades permitiram a ascensão e consolidação de grupos armados, às vezes mais forte que o Governo internacionalmente reconhecido, desafiando assim o Estado e a sua própria existência.

Em relação às causas da desintegração do país podemos agrupa-las em duas que estão inter-relacionadas: primeira a divisão interna dentro da facção mais poderosa, a USC, responsáveis direta na deposição de Barre, enfraqueceu a liderança política-militar do que seria o responsável mais plausível para assumir o papel de restaurar as instituições estatais na Somália. Segundo, o vácuo do poder não foi preenchido por nenhuma facção dada a rivalidade entre os grupos e a semelhança das forças, isto é, não existia uma facção com poder superior aos demais – o que levou a um impasse, onde nenhuma facção é poderoso o suficiente para dominar os outros, pois nenhuma facção conseguiu manter o monopólio do uso da força. E por fim as diferentes facções não possuíam uma agenda prévia a ser aplicado quando o principal objetivo for alcançado. Caiu o Governo e agora? Dada à experiência anterior e a politização dos clãs, era quase impossível que esses cooperassem para criar um governo de coalizão onde os interesses de todos os clãs seriam atendidos, apesar no início os três maiores grupos demonstraram interesse nesse sentido, mas com o tempo se provou inviável.

Por fim, depois de analisar as principais iniciativas para impor a paz na Somália, fica claro o papel desempenhado pelas organizações regionais africanas nesse processo o que comprova a tese de que as iniciativas regionais no campo da paz pode ser uma alternativa viável para a estabilização do continente.

### Referências Bibliográficas:

ADAM, Hussein M. **Somalia: A Terrible Beauty Being Born?**, in I. W. Zartman (ed.), *Collapsed States. The Desintegration and Restoration of Legitimate Authority*. Boulder, Lynner Rienner.1995

ADAR, Korwa G. **Conflict Resolution in a Turbulent Region:** The case of the Intergovernmental Authority on Develepment (IGAD) In Sudan. *Africa Journal in Conflict Resolution*, n.2, Pretoria, 2000

AHMED, Ismail I & CREEN, Reginald Herbold. **The heritage of war and state collapse in Somalia and Somaliland:** local-level effects, external interventions and reconstruction. In *Third World Quarterly*, vol.20, n° 1, London, 1999, pp 113-127

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Brasília, Universidade de Brasília, 11<sup>a</sup> ed. 1998.

BOUTROS-GHALI, Boutros. *Agenda Para a Paz*. Nova York, Nações Unidas, 1992. Disponível em: <<http://www.un.org/Docs/SG/agpeace.html>>. Acesso em: 02 Dez. 2012.

BUZAN, Barry & WEAVER, Ole. **Regions and Powers: The Structure of International Security**. Cambridge University Press, 2003.

CARVALHO, Daniel Duarte Flora. **Conflitos no Chifre da África: Oportunidades e Constrangimentos da Difusão de Poder**. Dissertação. (mestrado em Relações Internacionais) Programa pós Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, PUC- São Paulo, 2010.

CASTRO, Therezinha de. **África:** Geohistória, Geopolítica e Relações Internacionais. Rio de Janeiro, Biblioteca do exército.1981

CARBONIERI, Divanize. **A compensação da imobilidade nos cronotopos oníricos:** uma leitura da triologia *Blood in the Sun*. Tese. (Doutorado em Letras) Programa de Estudos Linguísticos e literários, USP-São Paulo, 2010.

CEPIK, Marco & SCHNEIDER, Luiza. **O Papel da Etiópia no Chifre da África:** Uma potência regional capaz de impor a paz? Porto Alegre: Revista Conjuntura Austral, Vol.1, n°.1/ Ago/Set 2010

DERSSO, Solomon A. **Somalia dilemmas Changing security dynamics, but limited policy choices.** Nairobi: Institute for security Studies, 2010.

DIAS, Alexandra Magnólia. **Os desafios da pirataria Marítima em África:** nota Introdutória. *Relações Internacionais*, Set. 2011, PP.69-73

ESCOSTEGUY, Pedro. **A nova arquitetura Africana de paz e segurança:** implicações para o multilateralismo e para as relações Brasil África. Brasília: MRE/FUNAG. 2011

ELMI, Afaire Abdi. **Understanding The Somalia Conflagration:** Identity, political islam and peacebuilding. London, Plutopress/ Oxford: Pambazuka, 2010

FAGUNDES, Maria C. M. **Neo-Patrimonialismo sem Estado:** 20 anos de experiências de Governo na Somália. Monografia. (graduação em Relações Internacionais) Universidade de Brasília-Brasília, 2011.

FERREIRA, Patricia M. **Conflitos em África Guerras do esquecimento:** Causas e Natureza dos conflitos na África Subsahariana. Lisboa: Instituto Estudos Estratégicos Internacionais. nº15, 2º sem. 2001.

\_\_\_\_\_ **O papel das organizações regionais na resolução do conflito.** Lisboa: Janus. 2005 disponível em: [http://janusonline.pt/dossiers/dossiers\\_2005\\_4\\_2\\_3\\_b.html](http://janusonline.pt/dossiers/dossiers_2005_4_2_3_b.html) Acesso: 05/12/ 2012.

FILHO, Pio P. **Segurança Seletiva no pós-Guerra Fria:** Análise da política e dos instrumentos de segurança das Nações Unidas após a guerra fria para os países periféricos – o caso africano. Brasília: Rev. Bras. Polít. Int. 47 (1): 31-50 [2004]

\_\_\_\_\_ **Guerra e Fome na Somália,** Meridiano 47 Vol. 12, n. 128, Nov-Dez. 2011 p.42-49. Fundo para Paz. **Índice dos Estados Falidos 2005-2010.** Disponível em: <http://www.fundforpeace.org/global/?q=fsi> acesso em: 30/11/2012.

JACQUIN, Dominique. **Nationalism and Secession in the Horn Africa:** A critique of Ethnic Interpretation. London, (PhD in International Relations) London School of Economics and Political Sciences, University of London, 1999

JACKSON, Robert H. & ROSBERG, Carl G. **Why Africa's Weak States Persist: The Empirical and the Juridical in Statehood.** World Politics, Vol. 35, No. 1, Oct. 1982, pp. 1-24

JACKSON, Robert H. **Surrogate Sovereignty? Great Power Responsibility and "Failed States"**. The University of British Columbia, Institute of International Relations Working Paper No. 25, Nov. 1998.

JORDAN, David & WIEST, Andrew. **Atlas da II Guerra Mundial.** São Paulo: editora escala, Vol. 1, 2008.

HARPPER, Mary. **Getting Somalia Wrong? Faith, War and Hope in a Shattered State.** London, Zed books, 2012.

HEALY, Sally. **Lost Opportunities in The Horn of Africa.** Royal Institute of International Affairs, 2008

HERBST, Jeffrey. **States and Power in Africa: Comparative Lessons in Authority and Control.** Princeton, Princeton University Press, 2000

HERNANDEZ, Leila L. **A África na Sala de Aula: Visita à história contemporânea.** São Paulo: Selo Negro, 2005

HOBSBAWN, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX 1914-1991.** São Paulo, Companhia das letras, 1995

\_\_\_\_\_ **Globalização, Democracia e Terrorismo.** São Paulo: Companhia das letras, 2007.

\_\_\_\_\_ **Nações e Nacionalismo desde 1780: Programa, mito e realidade.** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1991.

ISMAIL, Abdirashid A. **Somali State Failure: Players, Incentives and Institution.** Helsinki: Edita prima, 2010.

KAHANER, Larry. **AK-47: a arma que transformou a guerra.** Rio de Janeiro, Record. 2ª ed. 2011

KI-ZERBO, Joseph. **História da África Negra.** Lisboa: Publicações Europa-America, 1972

\_\_\_\_\_ (org.) **Historia Geral da África**. São Paulo: Ática/Unesco, Vol. 7 e 8. 1987

LEESON, Peter T. **Better Off Stateless: Somalia Before and After Government Collapse**. Journal of Comparative Economics, pp. 689-710. 2007.

LEWIS, Ioan M. **Understanding Somalia and Somaliland: Culture, History, Society**. London, Hurst & Company, 2008

MAYALL, James. **The New Interventionism 1991-1994: UN experience in Cambodia, Former Yugoslavia and Somalia**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

METZ, Helen, C. **Somalia: a Country Study**. Washington, Library of Congress, 1992 disponível em: <http://countrystudies.us/somalia/> Acesso:06/10/2012

MESSARI, Nizar. **Conflito Intra-Estatais, Intervenção e cenário de Segurança**, Radar do Sistema Internacional, 2007. Disponível em: <http://rsi.cgee.org.br/documentos/54/1.PDF> . Acesso: 04/12/2012.

MIDDLETON, Roger. “**Piracy in Somalia – Threatening global trade, feeding local wars**”. Londres: Chatham House, Out. 2008.

MINGST, Karen. **Princípios de relações internacionais**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

MOHAMED, Mohamed A. **US strategic interest in Somalia: From the Cold War to war on terror**. Thesis (

MOHAMED, Abdi, N. **Somalia: A victim of Cold War**. Hiiraan. Moagadísio. 14 de Fevereiro de 2011 .Disponível em: [http://www.hiiraan.com/op4/2011/feb/17814/somalia\\_a\\_victim\\_of\\_cold\\_war.aspx](http://www.hiiraan.com/op4/2011/feb/17814/somalia_a_victim_of_cold_war.aspx).

Acesso em: 15 de Novembro de 2012

MOLLER, Bjnor. **The Somali Conflict- The role of External Actors**, Copenhagen, 03, Danish Institute For International Studies, 2009

MONTEIRO, Leandro N. **O Conceito de Estado Fracassado nas Relações Internacionais Origens, Definições e implicações Teoria**. Dissertação (mestrado em

Relações Internacionais) Programa pós Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, PUC- São Paulo. 2006

MULUGETA, Kidist. **The Role of Regional and International Organization in Resolving the Somali Conflict** : The case of IGAD. Addis Ababa: Friedrich Ebert Stiftung, Dez. 2009.

NOGUEIRA, João P. **Estado, Identidade e Soberania na Intervenção da ONU na Somália**, Contexto Internacional, vol.19, n.1, Jan/Jun 97, pp 131-150.

NYE, Joseph S. **Cooperação e conflito nas Relações Internacionais**. São Paulo: Editora Gente, 2009.

OLIVEIRA, Gilberto de. **Intervenção contra a pirataria nas costas da Somália: Naval Peacekeeping?** Relações Internacionais, Set. 2011, PP.99-115.

ONE Earth Future, **Prosecuting Pirates and Upholding Human Rights Law: Taking Perspective**, 2010. Disponível em: <http://oneearthfuture.org/images/imagefiles/Human%20Rights%20Law%20%20Saoirse%20de%20Bont.pdf> Acesso: 28/11/2012

RINEHARD, Britta. **Clan Structure in Somalia**. Civil-Military Fusion Centre, Aug. 2011.

RODRIGUES, João Carlos. **Pequena história da África Negra**. São Paulo, Globo, 1990

SAMATAR, Abdi I. **Somalia's Reconstruction: Beyond IGAD and European Union dividend**. Minnesota: University of Minnesot. 2003

SARAIVA, Luis E. & JOANA, Pierre-Michel. **A pirataria desarma-se em terra: o caso da Somália**. Relações Internacionais, Set. 2011, PP.85-97.

SARFATI, Gilberto. **Teoria das Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva. 2005.

SILVA, Alexandre dos S. **A Intervenção humanitária em três quase-Estados africanos: Somália, Ruanda e Libéria**. Dissertação (mestrado em Relações



Internacionais) programa pós Graduação em Relações Internacionais da PUC-Rio, 2003.

SCHNEIDER, Luiza G. **As Causas Políticas do Conflito no Sudão:** Determinantes estruturais e estratégico. Monografia (graduação em Relações Internacionais) UFRGS, Porto Alegre, 2008.

\_\_\_\_\_ **O Papel da Guerra na Construção dos Estados Modernos:** O caso da Etiópia. Dissertação (mestrado em Ciência Política) Programa de pós Graduação em Ciência Política da UFRGS, Porto Alegre, 2010.

SCHILLING, Dan & EVERSMANN, Matt. **A Batalha de Mogadíscio.** São Paulo, Bertrand Brasil. 2010.

VALERIANO, Bradon. **Power politics and interstate war in Africa.** African Security, 4:3, 195-221.2011

VISENTINI, Paulo F. **As revoluções Africanas:** Angola, Moçambique e Etiópia. São Paulo, Unesp.2012

\_\_\_\_\_ & Equipe Cebrafrica. **Os Países Africanos:** Diversidade de um continente. Porto Alegre, Leitura XXI. 2012

\_\_\_\_\_ RIBEIRO, Luiz Dario & PEREIRA, Ana Lucia. **Breve Historia da África.** Porto Alegre, Leitura XXI, 2007

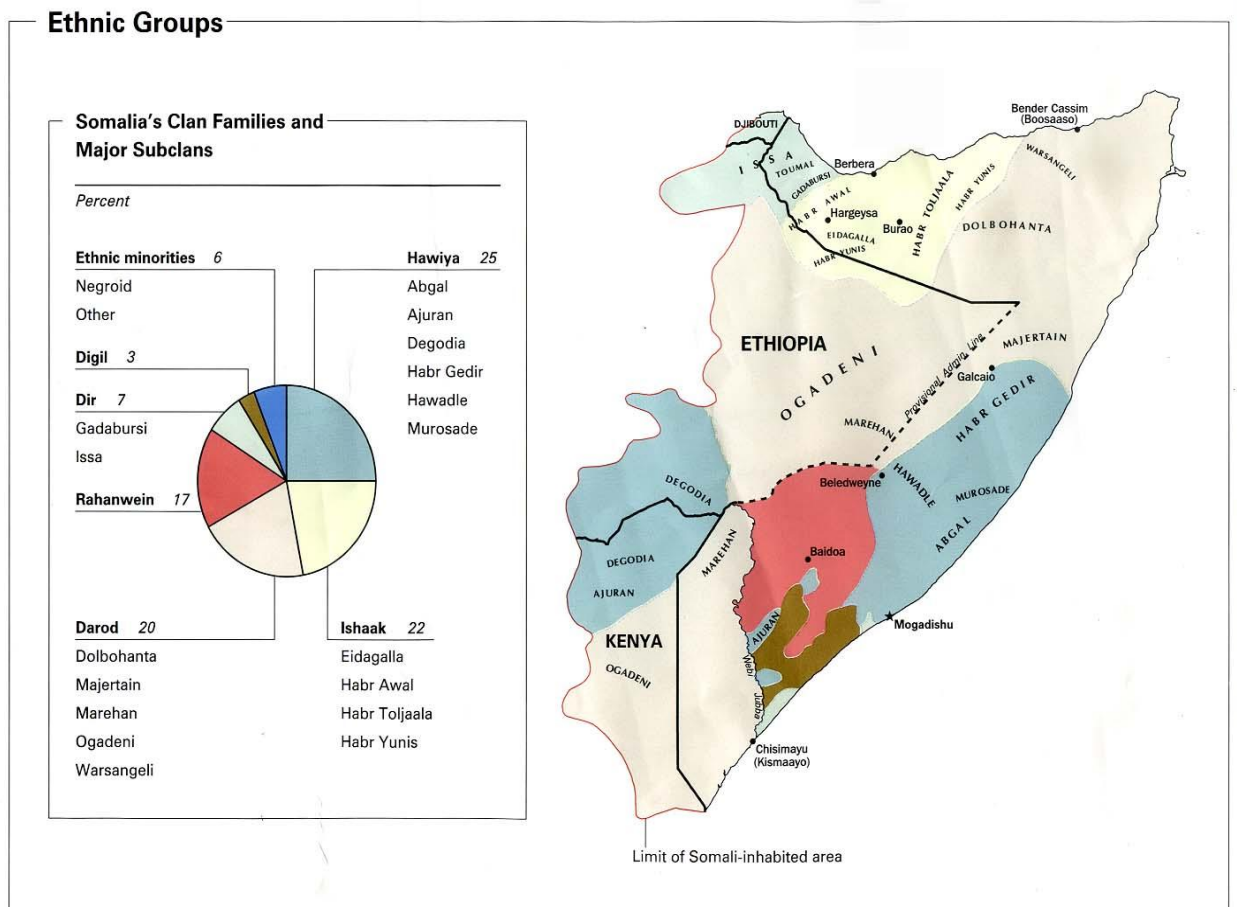
WALTZ, Kenneth N. **O Homem, o Estado e a Guerra: Uma análise teórica.** São Paulo Martins Fontes. 2004

WEISS, Kenneth G. **The Soviet involvement in the Ogaden war.** Virginia: Center for Naval analyses. Feb. 1980.

WESSELING, H. L. **Dividir para dominar:** A partilha da África (1880-1914). Rio de Janeiro: UFRJ/Revan.1998

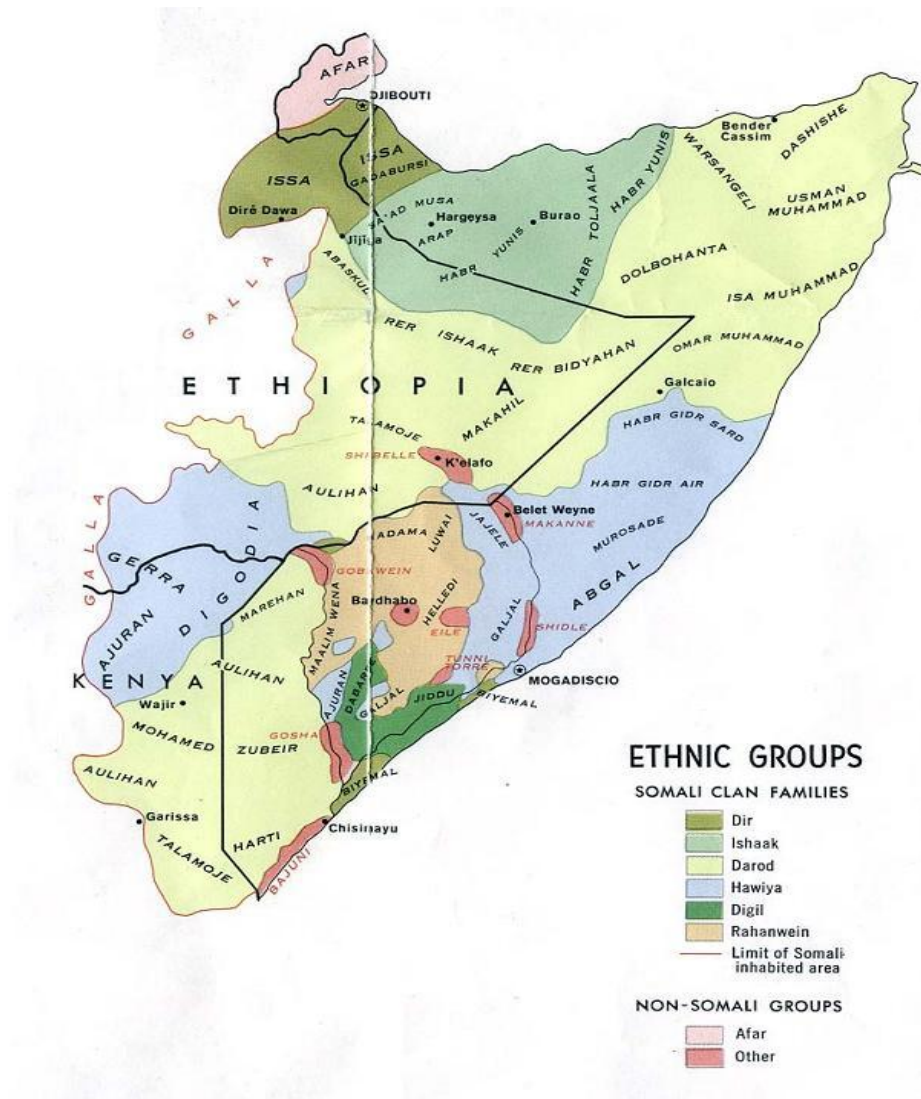
**Anexos:**

Figura 3: Mapa dos principais Clãs e subclãs na Somália



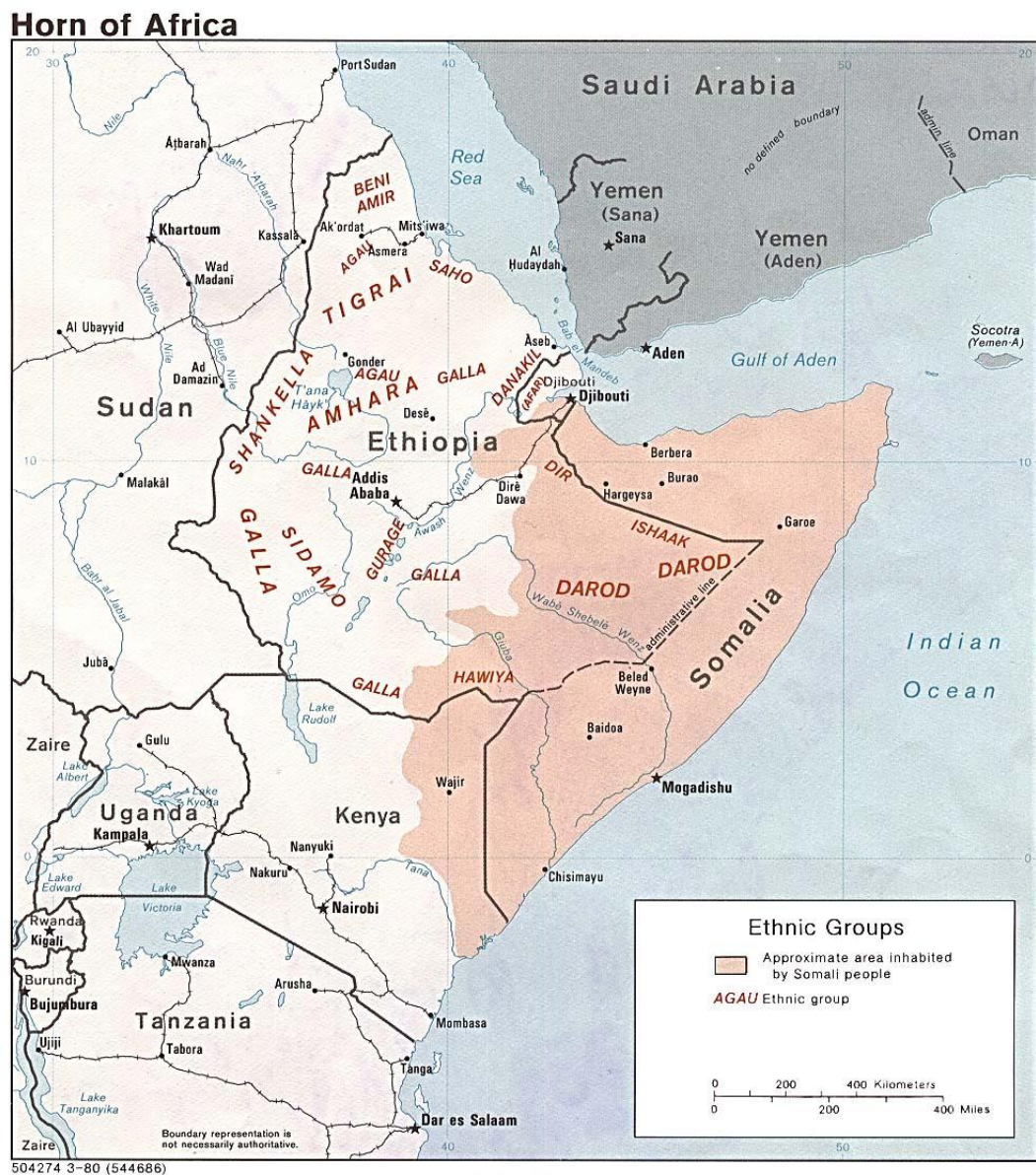
Fonte: [http://www.lib.utexas.edu/maps/africa/somalia\\_ethnic\\_grps\\_2002.jpg](http://www.lib.utexas.edu/maps/africa/somalia_ethnic_grps_2002.jpg)

Figura 4: Mapa de distribuição da etnia Somali na região do Chifre da África



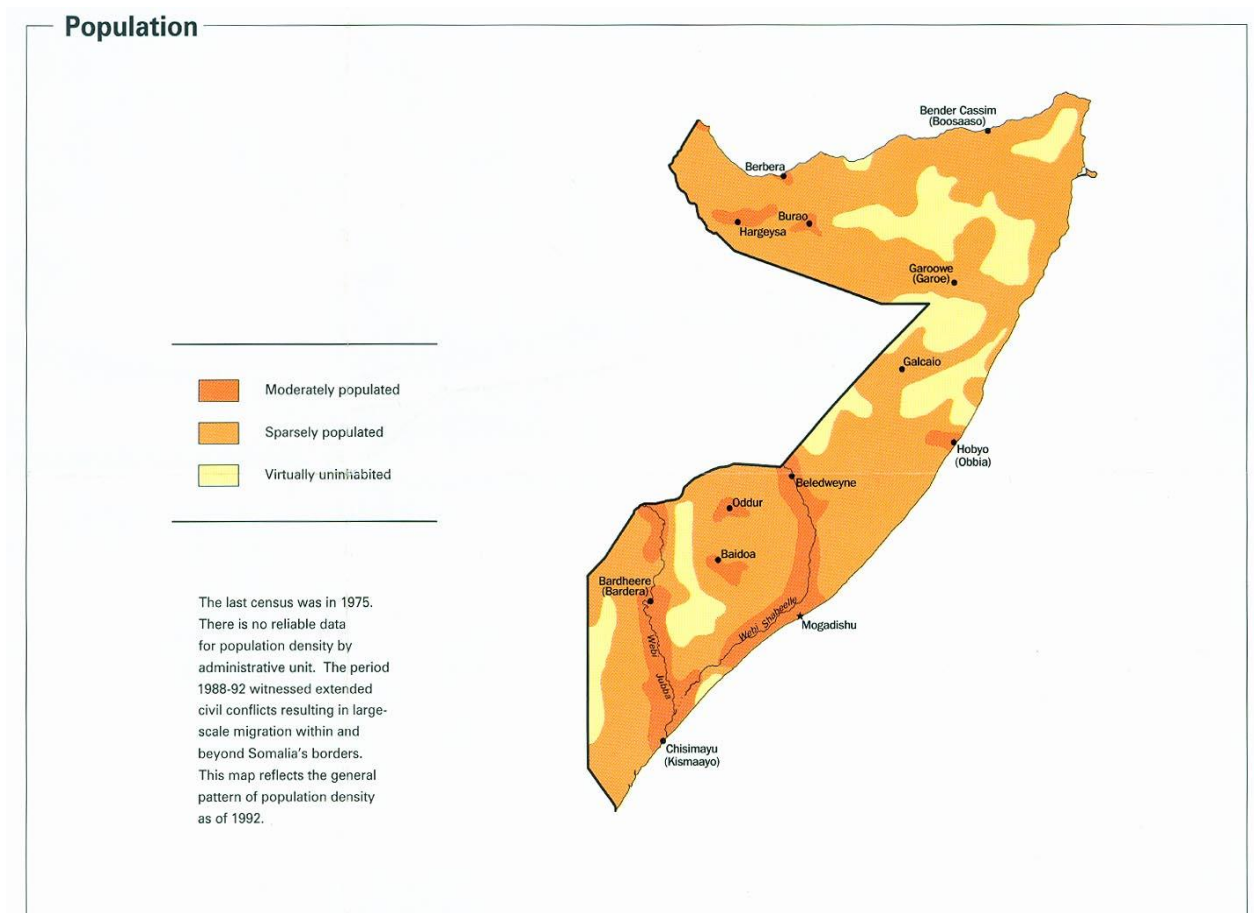
Fonte: [http://www.lib.utexas.edu/maps/africa/somalia\\_ethnic77.jpg](http://www.lib.utexas.edu/maps/africa/somalia_ethnic77.jpg)

Figura 5: Mapa limite étnico Somali – “Grande Somália”



Fonte: [http://www.lib.utexas.edu/maps/africa/horn\\_ethnic\\_80.jpg](http://www.lib.utexas.edu/maps/africa/horn_ethnic_80.jpg)

Figura 6: Mapa densidade Populacional na Somália



1

Fonte: [http://www.lib.utexas.edu/maps/africa/somalia\\_pop\\_2002.jpg](http://www.lib.utexas.edu/maps/africa/somalia_pop_2002.jpg)



**Quadro 2:** Resultado da eleição legislativa na Somalilândia Itálica (1955)

<b>Partidos Políticos</b>	<b>Nº de votos</b>	<b>%dos votos</b>	<b>Nº de Assentos (60)*</b>
<b>Somali Youth League (SYL)</b>	333820	54,29%	43
<b>Hizbia Digile Mirifle (HDM)</b>	159967	26,01%	13
<b>Somali Democrat Movement (SDM)</b>	80.866	13,15%	3
<b>Union Marehan (UM)</b>	11.358	1,85%	1
Outros	28.898	4,70%	-

\*Um adicional de 10 lugares foram reservados para os Índios, árabe e outros não Somalis

Fonte: African Elections

**Quadro 3:** Resultados da eleição legislativa na Somalilândia Itálica (1959)

<b>Partidos Políticos</b>	<b>Nº de votos</b>	<b>% de votos</b>	<b>Nº de assentos (90)</b>
<b>Somali Youth League</b>	237134	75,58%	83
<b>Partido independente da Somália Constitucional (HDMS)</b>	40.857	13,02%	5
<b>Partido da Juventude Liberal da Somália(PJLS)</b>	35.769	11,40%	2

Fonte: African Election

**Quadro 4:** Resultados da eleição do Conselho legislativo na Somalilândia Britânica  
(Fev.1960)

<b>Partidos Políticos</b>	<b>No de Votos</b>	<b>%de votos</b>	<b>Nº de Assentos (33)</b>
<b>Somali National League (SNL)</b>	42.395	52.10%	20
<b>United Somali Partid (USP)</b>	20.249	24.89 %	12
<b>Somali United Front (NUF)</b>	13.350	16.41%	1
<b>Somali Young League (SYL)</b>	4626	5.69%	-
<b>Outros</b>	746	0.92%	-

Fonte: African Elections